



Equatorial Energia S.A.
(Companhia aberta)

Relatório de revisão dos
auditores independentes
Trimestre findo em 30 de setembro 2010



Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Informações trimestrais

em 30 de setembro de 2010

Conteúdo

Relatório de desempenho	3 - 28
Relatório de revisão dos auditores independentes	29 -30
Balancos patrimoniais	31
Demonstrações de resultados	32
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	33
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	34
Demonstrações do valor adicionado	35
Notas explicativas às informações trimestrais	36 - 104

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2010 - A Equatorial Energia S.A. (BM&FBOVESPA: EQTL3) anuncia os seus resultados do terceiro trimestre e primeiros nove meses de 2010 (3T10 e 9M10).

A Equatorial é uma empresa *holding* que possui investimentos na Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), na Geramar e na Equatorial Soluções. A Equatorial possui 65,11% da CEMAR, concessionária do serviço de distribuição de energia elétrica em todo estado do Maranhão. A Equatorial também participa em 25% da Geramar, sociedade responsável pela construção e operação de 2 usinas térmicas no Maranhão, com capacidade instalada de 330MW. As informações não financeiras da Equatorial Energia e de suas controladas, as relacionadas ao Programa Luz Para Todos (PLPT), as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes. No segmento de prestação de serviços, a Equatorial detém 100% da Equatorial Soluções.

DEMANDA DE ENERGIA CRESCE 10,2% NO 3T10. EBITDA CONSOLIDADO ATINGE R\$186,0 MILHÕES NO TRIMESTRE.

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- ▶ Desde o 2T10, em virtude da cisão da Equatorial Energia, **deixamos de consolidar os resultados referentes à nossa participação de 13,03% no capital da Light** em nossas informações operacionais e financeiras. Para efeito de comparação, de maneira pró-forma, também deixamos de consolidar as informações da Light em nossos resultados do 3T09, 2T10, 9M09 e 9M10 nestes Comentários de Desempenho.
- ▶ A **receita operacional líquida (ROL)** do 3T10 atingiu R\$393,9 milhões, 30,6% superior à ROL do 3T09, o que reflete crescimento de 27,3% na CEMAR e o início das operações comerciais da Geramar.
- ▶ O **volume total de energia** faturada da CEMAR atingiu 1.072 GWh no 3T10, 10,2% superior ao 3T09.
- ▶ No 3T10, o **EBITDA** somou R\$186,0 milhões, aumento de 27,6% em relação ao valor ajustado do 3T09 (vide seção "Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado" para maiores detalhes).
- ▶ O **lucro líquido** do trimestre atingiu R\$65,3 milhões, aumento de 6,0% se comparado ao valor ajustado do mesmo trimestre do ano anterior (vide seção "Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado" para maiores detalhes).
- ▶ No 3T10, os **investimentos** consolidados da Equatorial totalizaram R\$113,3 milhões, e foram 32,4% menores do que os realizados no 3T09. Na CEMAR (excluindo investimentos diretos no Programa Luz para Todos - PLPT), os investimentos totalizaram R\$48,0 milhões. Os investimentos do PLPT somaram R\$65,0 milhões, com crescimento de 41,0%.
- ▶ No 3T10, os índices de **DEC e FEC** da CEMAR (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 23,3 horas e 14,9 vezes, respectivamente, registrando quedas de 7,6% e 5,7% em relação aos índices observados ao final do 3T09.
- ▶ As **perdas totais de energia** dos últimos 12 meses encerrados no 3T10 da CEMAR representaram 22,2% da energia requerida, estando 4,2 p.p. abaixo do índice do 3T09.
- ▶ Em agosto de 2010, o processo de **Reajuste Tarifário Anual da CEMAR** foi concluído, resultando em aumento médio para o consumidor de 0,08%.
- ▶ Em 25 de agosto de 2010 foi **concluído o processo de cisão da Equatorial Energia (EQTL3)**, no qual os acionistas da Companhia naquela data receberam 1 ação da Redentor Energia (RDTR3) para cada 1 ação de Equatorial que detinham.

Nota: De acordo com a Deliberação CVM 603/09, a Companhia optou por divulgar suas Informações Trimestrais do 1T10 de acordo com os padrões contábeis vigentes até 31/12/2009. Estes Comentários de Desempenho refletem estes mesmos padrões contábeis, vigentes quando de sua divulgação original e não foram alterados quando da sua reapresentação. Entretanto, para efeito de conciliação entre os valores aqui apresentados e os valores de acordo com os novos padrões contábeis, vide Anexos 6 e 7 do presente documento.

DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$MM)	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
Receita Operac. Líquida Total (ROL)	301,6	315,8	393,9	30,6%	827,4	985,4	19,1%
EBITDA	135,7	113,4	186,0	37,1%	333,1	384,1	15,3%
<i>Margem EBITDA (% ROL)</i>	<i>45,0%</i>	<i>35,9%</i>	<i>47,2%</i>	<i>2,2 p.p.</i>	<i>40,3%</i>	<i>39,0%</i>	<i>-1,2 p.p.</i>
Lucro Líquido	56,0	44,1	65,3	16,5%	150,5	148,7	-1,2%
<i>Margem Líquida (% ROL)</i>	<i>18,6%</i>	<i>14,0%</i>	<i>16,6%</i>	<i>-2 p.p.</i>	<i>18,2%</i>	<i>15,1%</i>	<i>-3,1 p.p.</i>
Lucro Líquido por Ação (R\$ / ação)	0,53	0,41	0,60	13,7%	1,42	1,37	-3,6%
Investimentos							
CEMAR	62,2	43,4	48,0	-22,8%	175,6	129,7	-26,1%
PLPT (CEMAR)	46,1	45,7	65,0	41,0%	110,6	143,8	30,1%
Geramar (ex-Geranorte)	59,3	8,5	0,3	-99,6%	89,0	15,9	-82,2%
Total	167,7	97,6	113,3	-32,4%	375,2	289,4	-22,9%
Dívida Líquida	804,7	775,7	733,4	-8,9%	804,7	733,4	-8,9%
Dívida Líquida / EBITDA (últ. 12 meses)	1,9	1,7	1,4	-0,5x	1,9	1,4	-0,5x

ÍNDICE

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS	3
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	5
2.1 DESEMPENHO OPERACIONAL – DISTRIBUIÇÃO – CEMAR.....	5
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	7
3.1 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO	7
3.1.1 - RECEITA OPERACIONAL.....	8
3.1.2 - CUSTOS E DESPESAS.....	8
3.1.3 - EBITDA.....	10
3.1.4 - RESULTADO FINANCEIRO.....	10
3.1.5 - LUCRO LÍQUIDO.....	11
3.2 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – CEMAR	12
3.2.1 - RECEITA OPERACIONAL.....	12
3.2.2 - CUSTOS E DESPESAS.....	13
3.2.3 - EBITDA.....	14
3.2.4 - RESULTADO FINANCEIRO.....	14
3.2.5 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	15
3.2.6 - LUCRO LÍQUIDO.....	15
3.3 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO - GERAMAR	16
3.3.1 - RECEITA OPERACIONAL.....	16
3.3.2 - CUSTOS E DESPESAS.....	16
3.3.3 - EBITDA.....	16
3.3.4 - RESULTADO FINANCEIRO.....	16
3.3.5 - LUCRO LÍQUIDO.....	16
4. ENDIVIDAMENTO	17
6. INVESTIMENTOS	19
6.1 - CEMAR.....	19
6.2 – GERAMAR.....	19
7. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL - CEMAR	19
8. MERCADO DE CAPITAIS	19
9. NOVOS PROJETOS	20
10. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE	20
11. EVENTOS DE DIVULGAÇÃO	20
ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO (R\$ MM)	22
ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR EMPRESA (R\$ MM)	23
ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MM)	24
ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25
ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA	26

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

As informações operacionais constantes desta seção são pró-forma e refletem 100% das operações da CEMAR e 25,0% da Geramar. Desde o 2T10 não estamos mais consolidando os números de Light em virtude da cisão ocorrida em abril de 2010.

2.1 DESEMPENHO OPERACIONAL – DISTRIBUIÇÃO – CEMAR

VENDAS DE ENERGIA ELÉTRICA

No 3T10, as vendas de energia cresceram 10,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 1.072 GWh. O crescimento observado no trimestre é resultado de 3 causas principais: (i) crescimento econômico do Estado, com o aumento do consumo per capita; (ii) ligação de novos clientes à base de consumidores da Companhia, e; (iii) a intensificação no combate às perdas.

No 2T10, o índice pluviométrico do período ficou substancialmente abaixo de sua média histórica recente, provocando aumentos na temperatura média do Maranhão e, conseqüentemente, no consumo de energia quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. Como tradicionalmente o 2º semestre do ano é uma época de baixa pluviometria no Estado, este mesmo efeito não ocorre no 3T10, desacelerando o crescimento do consumo de energia da Companhia.

CLASSES DE CONSUMO (GWh)	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
Residencial	438,9	474,6	485,6	10,6%	1.185,6	1.409,6	18,9%
Industrial	107,1	105,6	112,3	4,9%	278,3	315,2	13,2%
Comercial	194,4	200,5	211,2	8,7%	516,1	602,1	16,7%
Outros	232,5	239,9	263,0	13,1%	600,8	725,7	20,8%
TOTAL	972,9	1.020,5	1.072,2	10,2%	2.580,9	3.052,6	18,3%

Nº de Consumidores	3T09	2T10	3T10	Var.
Residencial	1.466.334	1.542.031	1.571.006	7,1%
Industrial	9.637	9.746	9.844	2,1%
Comercial	115.537	120.803	122.512	6,0%
Outros	76.232	86.058	89.333	17,2%
TOTAL	1.667.740	1.758.638	1.792.695	7,5%

BALANÇO ENERGÉTICO

O volume de energia requerida pelo sistema da CEMAR alcançou 1.379 GWh no 3T10, apresentando crescimento de 10,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, praticamente em linha com o aumento da energia vendida apresentada no período.

Bal. Energético (MWh)	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
Energia Requerida	1.246.831	1.285.636	1.378.553	10,6%	3.481.557	3.904.655	12,2%
Energia Vendida (*)	974.523	1.022.062	1.073.926	10,2%	2.585.270	3.056.058	18,2%
Perdas	272.308	263.574	304.627	11,9%	896.287	848.597	-5,3%

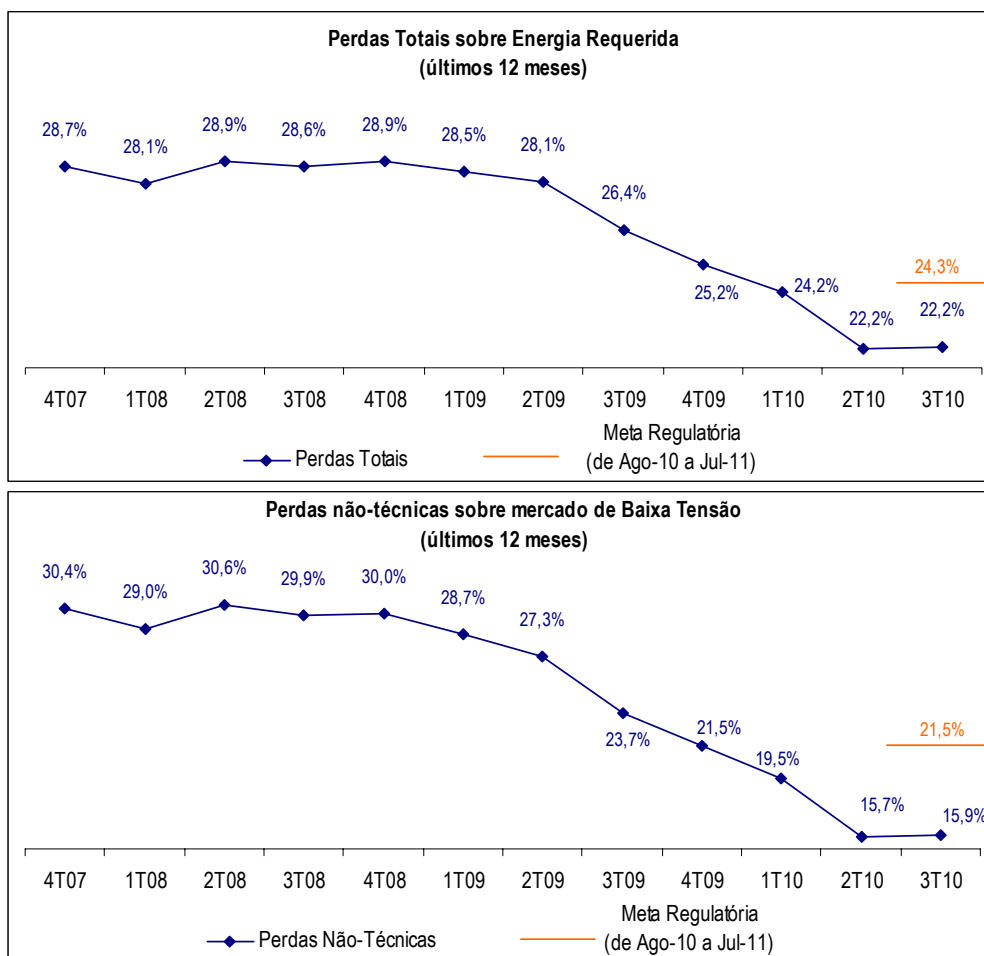
(*) Inclui venda às classes, consumo próprio e vendas à CEPISA

PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Com o intuito de manter o nível de perdas de energia da Companhia abaixo das metas regulatórias estabelecidas no processo da 2ª Revisão Tarifária Periódica da CEMAR, o combate às perdas foi intensificado e diversas medidas adotadas desde o final de 2008 vêm continuamente mostrando resultados positivos.

Dentre as medidas adotadas, podemos destacar: i) maior eficácia nas inspeções, tanto baixa como alta tensão, através de iniciativas para aperfeiçoar o processo de seleção de alvos como melhor utilização dos apontamentos realizados pelo leiturista e pela medição fiscal, que consiste em comparar o volume de energia distribuída por cada transformador com o efetivamente faturado aos clientes ligados àquele mesmo transformador; ii) intensificação no treinamento das equipes de campo; e iii) combate massivo às ligações clandestinas e à auto-religação (quando, após ter sua energia cortada pela Companhia, o próprio cliente refaz sua ligação, sem dar ciência à CEMAR).

Dessa forma, as perdas totais dos últimos 12 meses encerrados no 3T10 representaram 22,2% da energia requerida, ao passo que as perdas não-técnicas sobre o mercado de Baixa Tensão chegaram a 15,9%. Apesar de acreditarmos ser possível diminuir ainda mais o nível de perdas de energia, é natural esperar que a velocidade dessa redução seja menor nos próximos trimestres. Isto deriva de que quanto menor é o nível de perdas gradativamente mais difícil torna-se combatê-las, fato este que já pode ser observado na evolução destes indicadores no último trimestre. Neste sentido, a Companhia vem investindo no aprimoramento dos sistemas inteligentes para seleção de alvos para recuperação de energia que propiciem maior índice de acerto e retorno nas inspeções.



QUALIDADE DO SERVIÇO

O nível da qualidade e da eficiência do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por cliente por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por cliente por período).

Ao final do 3T10, o DEC acumulado dos últimos 12 meses alcançou 23,3 horas, que comparado às 25,2 horas do final do 3T09, representou uma melhora de 7,6%. O indicador FEC (acumulado dos últimos 12 meses) do final do 3T10, foi de 14,9 vezes, representando redução de 5,7% em relação ao fechamento do 3T09.

DEC (horas – últimos 12 meses)

FEC (vezes – últimos 12 meses)



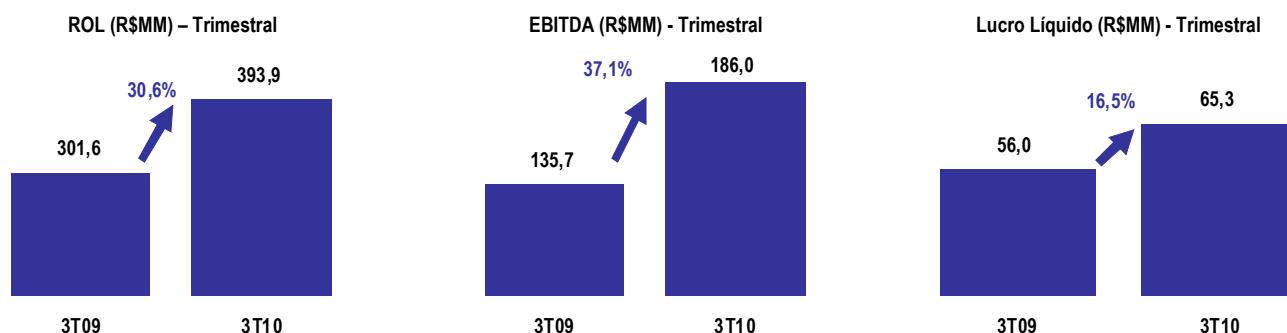
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

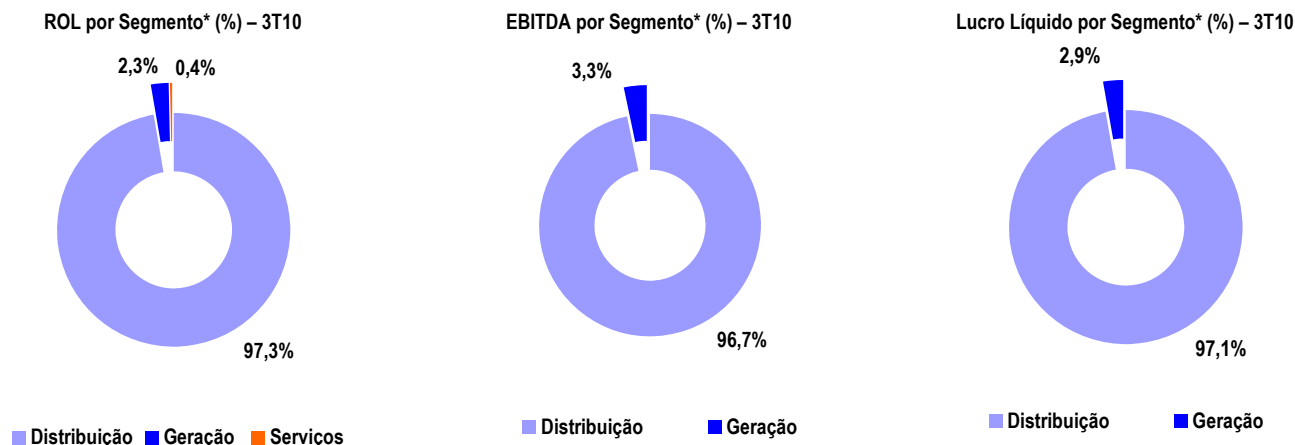
As informações constantes desta seção refletem: i) 100% das operações da CEMAR, excluindo 34,89% dos minoritários antes do Lucro Líquido, resultando na participação de 65,11%, ii) 25,0% das operações da Geramar, e iii) 100% das operações da Equatorial Soluções.

Em virtude do processo de cisão da Equatorial, desde o 2T10 não estamos mais consolidando os números de Light. Para facilitar a comparabilidade entre os períodos, de modo pró-forma, também estamos apresentando os dados do 3T09, 2T10, 9M09 e 9M10 sem a consolidação da Light.

3.1 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

DRE CONSOLIDADA (R\$MM)	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
Receita Operac. Bruta (ROB)	424,6	447,7	527,1	24,1%	1.155,6	1.374,1	18,9%
Receita Operac. Líquida (ROL)	301,6	315,8	393,9	30,6%	827,4	985,4	19,1%
Custo de Energia Elétrica	(114,6)	(132,8)	(127,6)	11,4%	(338,4)	(382,7)	13,1%
Custos e Despesas Operacionais	(51,3)	(69,6)	(80,2)	56,3%	(155,8)	(218,6)	40,3%
EBITDA	135,7	113,4	186,0	37,1%	333,1	384,1	15,3%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2,2)	(0,7)	(4,3)	96,6%	(12,8)	(7,0)	-45,2%
Depreciação	(24,9)	(23,3)	(25,0)	0,1%	(77,3)	(71,4)	-7,6%
Resultado do Serviço (EBIT)	108,6	89,4	156,7	44,4%	243,0	305,7	25,8%
Resultado Financeiro	(4,0)	(17,6)	(9,5)	139,0%	4,6	(33,8)	N/A
Resultado Operacional	104,6	71,7	147,2	40,8%	247,6	271,9	9,8%
Amortização de Ágio	-	(2,3)	(1,6)	N/A	-	9,7	N/A
Lucro Antes da Tributação (EBT)	104,6	69,5	145,7	39,2%	247,6	281,5	13,7%
IRPJ/CSLL	(14,5)	1,4	(34,3)	136,3%	(7,5)	(39,8)	429,1%
Participação no Resultado	(3,4)	(3,3)	(8,2)	145,6%	(9,7)	(14,7)	51,5%
Participações Minoritárias	(30,7)	(23,5)	(37,8)	23,3%	(79,9)	(78,4)	-1,9%
Lucro Líquido (LL)	56,0	44,1	65,3	16,5%	150,5	148,7	-1,2%





(*) Apenas as empresas operacionais e com dados positivos estão sendo consideradas nestes gráficos.

3.1.1 - RECEITA OPERACIONAL

RECEITA OPERACIONAL - CONSOLIDADO (R\$ MM)	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
Receita Bruta de Fornecimento	383,6	420,3	429,3	11,9%	1.059,2	1.233,1	16,4%
Residencial	182,0	204,7	203,4	11,8%	500,0	595,1	19,0%
Industrial	35,6	37,9	40,7	14,4%	99,2	112,7	13,7%
Comercial	89,3	95,6	97,8	9,5%	249,1	282,3	13,3%
Outras Classes	76,7	82,1	87,3	13,9%	210,9	242,9	15,1%
Suprimento	2,3	1,8	11,4	395,8%	10,2	14,8	45,4%
Uso da Rede	0,2	0,0	(0,3)	-207,5%	0,5	(0,2)	-143,5%
Outras Receitas	38,3	12,4	75,1	96,1%	85,4	93,0	8,9%
Baixa Renda	29,7	31,2	31,3	5,6%	83,9	92,8	10,7%
Constituição (Amortização) de CVA	4,3	(28,1)	38,0	790,0%	(10,8)	(19,1)	77,9%
Outras Receitas Operacionais	4,3	9,3	5,8	33,4%	12,3	19,3	57,1%
Receita Operacional Bruta - Distribuição	424,4	434,6	515,5	21,4%	1.155,3	1.340,7	16,0%
Geração	-	9,9	9,8	N/A	-	28,0	N/A
Serviços	0,1	3,2	1,8	1332,0%	0,3	5,5	-58,9%
Receita Operacional Bruta - Consolidado	424,6	447,7	527,1	24,1%	1.155,6	1.374,1	18,9%
ICMS	(67,7)	(71,7)	(75,0)	10,9%	(177,4)	(213,4)	20,3%
PIS/Cofins	(38,7)	(43,9)	(45,4)	17,1%	(107,3)	(128,9)	20,1%
Encargos do Consumidor	(16,6)	(16,3)	(12,8)	-22,5%	(43,5)	(46,4)	6,6%
Receita Operacional Líquida - Consolidado	301,6	315,8	393,9	30,6%	827,4	985,4	19,1%

A receita operacional líquida (ROL) consolidada no 3T10 foi de R\$393,9 milhões, representando crescimento de 30,6% se comparado aos R\$301,6 milhões registrados no 3T09. A principal influência sobre essa conta é do segmento de distribuição, que representa 97,3% da ROL consolidada, seguido pelos segmentos de geração (2,3%) e serviços (0,4%). Por empresa, os percentuais são rigorosamente os mesmos, com CEMAR representando a distribuição, Geramar a geração e Equatorial Soluções representando serviços. (Para maiores comentários sobre a evolução da ROL, vide seções específicas de Desempenho Econômico Financeiro de CEMAR e Geramar).

3.1.2 - CUSTOS E DESPESAS

Os custos e despesas operacionais consolidados foram de R\$237,1 milhões no 3T10, sendo 22,8% maiores quando comparados ao 3T09. Na composição dessa cifra, estão os custos e despesas não gerenciáveis (compra e transporte de energia, e encargos setoriais), que registraram o total de R\$125,4 milhões e crescimento de 9,5%, enquanto que os custos e despesas gerenciáveis apresentaram aumento de 28,0%.

Custos e Despesas Operacionais	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
Compra de Energia (inclui encargos)	114,6	130,5	125,4	9,5%	338,4	375,1	10,9%
PMSO	44,7	50,7	57,2	28,0%	123,3	159,5	29,3%
Provisões e Outras Despesas Operacionais	6,8	15,9	18,0	166,0%	38,0	43,9	15,6%
Depreciação	24,9	22,1	23,7	-4,6%	77,2	68,2	-11,7%
CEMAR	190,9	219,2	224,4	17,5%	576,9	646,7	12,1%
CUST + Custos de geração	-	2,3	2,2	N/A	-	7,6	N/A
PMSO	-	0,7	0,4	N/A	-	1,7	N/A
Depreciação	-	1,2	1,2	N/A	-	3,1	N/A
Geramar	-	4,2	3,8	N/A	-	12,4	N/A
PMSO	0,0	0,9	2,2	N/A	0,1	3,5	N/A
Depreciação	-	0,0	0,0	N/A	-	0,0	N/A
Equatorial Soluções	0,0	0,9	2,2	N/A	0,1	3,5	N/A
PMSO	2,0	2,2	6,6	233,4%	7,4	17,0	130,6%
Depreciação	0,0	0,0	0,0	N/A	0,1	0,1	N/A
Equatorial (holding)	2,0	2,2	6,7	229,1%	7,5	17,1	128,7%
Equatorial Consolidado	193,0	226,4	237,1	22,8%	584,4	679,8	16,3%

Para maiores detalhes em relação aos custos e despesas por companhia, vide seções específicas de Desempenho Econômico Financeiro - CEMAR e Geramar.

3.1.3 - EBITDA

No EBITDA consolidado do 3T10, a Companhia apresentou aumento de 27,6% na comparação com o EBITDA ajustado do 3T09, atingindo R\$186,0 milhões.

A variação do EBITDA trimestral pode ser explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- CEMAR: Com o crescimento trimestral do volume de energia faturada de 10,2%, o EBITDA da CEMAR cresceu 36,2%. Adicionalmente, foram reconhecidos R\$61,3 milhões de ativos regulatórios em virtude do Reajuste Tarifário Anual ocorrido em agosto de 2010.
- Início das operações comerciais da Geramar em fevereiro de 2010, que passou a contribuir com o EBITDA consolidado, em R\$6,3 milhões no 3T10.

Quanto ao reconhecimento dos ativos regulatórios pela CEMAR mencionados acima, gostaríamos de destacar os R\$46,6 milhões do Subsídio Baixa Renda e os R\$17,6 milhões do Déficit do PLPT (sem considerar as amortizações). No caso do Déficit do PLPT, até a próxima Revisão Tarifária (ago/13), tanto a remuneração do investimento como os custos adicionais por conta do programa serão reconhecidos como Componentes Financeiros nos Reajustes Anuais.

EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
Resultado do Serviço	108,6	89,4	156,7	44,4%	243,0	305,7	25,8%
Depreciação e Amortização	24,9	23,3	25,0	0,1%	77,3	71,4	-7,6%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	2,2	0,7	4,3	96,6%	12,8	7,0	-45,2%
EBITDA	135,7	113,4	186,0	37,1%	333,1	384,1	15,3%
Ajuste RTD - CEMAR	3,9	-	-	N/A	3,9	-	N/A
Ajuste Trajetória de Perdas - CEMAR	6,2	-	-	N/A	6,2	-	N/A
EBITDA Ajustado	145,8	113,4	186,0	27,6%	343,2	384,1	11,9%

3.1.4 - RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ MM)	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
Renda s/ aplicações financeiras	4,4	10,1	11,6	166,0%	28,6	30,5	6,9%
Multas e mora s/ conta de energia	12,8	11,8	12,5	-2,2%	31,0	36,9	18,9%
Outras Receitas Financeiras	8,8	(2,2)	2,9	-66,5%	33,0	6,5	-80,4%
Receitas Financeiras	25,9	19,6	27,1	4,4%	92,6	73,9	-20,2%
Juros s/ emprést. e financ.	(21,5)	(21,0)	(22,2)	3,2%	(66,8)	(63,6)	-4,8%
Variações Monetárias e Cambiais	(2,9)	(6,7)	(4,5)	55,0%	(9,5)	(18,0)	90,6%
Outras Despesas Financeiras	(5,5)	(9,6)	(9,9)	79,4%	(11,7)	(26,1)	122,7%
Despesas Financeiras	(29,9)	(37,3)	(36,6)	22,3%	(88,0)	(107,7)	22,4%
Resultado Financeiro Líquido	(4,0)	(17,6)	(9,5)	139,0%	4,6	(33,8)	N/A

No 3T10, o resultado financeiro consolidado foi negativo em R\$9,5 milhões, versus R\$4,0 milhões no mesmo trimestre do ano anterior.

Destacamos as principais variações por empresa:

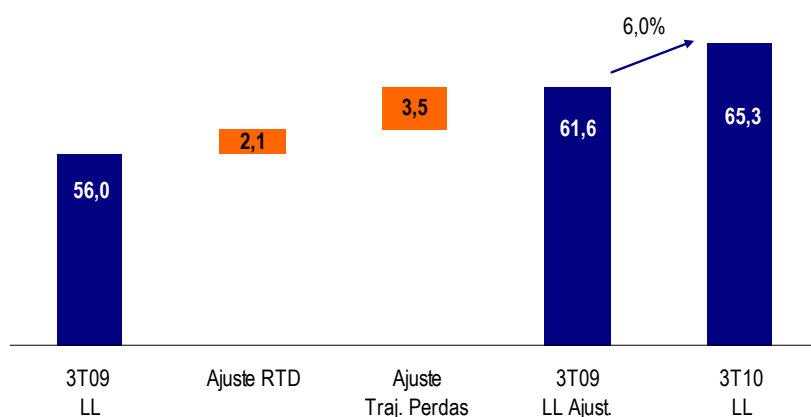
- ▶ **CEMAR:** No 3T10, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$8,7 milhões, ante R\$5,7 milhões no 3T09. Na decomposição do resultado financeiro líquido, observamos que a Companhia apresentou R\$24,7 milhões de Receita Financeira (praticamente estável em relação ao 3T09), e R\$33,4 milhões de Despesa Financeira (piora de 11,9% na comparação com o 3T09).
- ▶ **Geramar:** Foram reconhecidos R\$3,1 milhões em despesas financeiras líquidas decorrentes dos empréstimos contraídos ao longo da construção das usinas.
- ▶ **Equatorial (holding):** Resultado positivo de R\$2,2 milhões, basicamente em virtude da aplicação do caixa disponível na Companhia.

3.1.5 - LUCRO LÍQUIDO

No 3T10, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$65,3 milhões, crescimento de 6,0% em relação ao valor ajustado do 3T09. Naquele exercício, houve o reconhecimento de itens não recorrentes que impactaram negativamente o resultado, ambos consequência do processo de Revisão Tarifária concluído em agosto de 2009. São eles: i) R\$2,1 milhões devido ao ajuste negativo do valor ativado de RTD, e ii) R\$3,5 milhões devido ao ajuste na trajetória de perdas do 1º ciclo da CEMAR.

O lucro líquido do 3T10 representou R\$0,60 por ação da Equatorial, versus R\$0,53 no mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado do ano, em 2010, o lucro líquido apresentado representa R\$1,37 por ação, comparado a R\$1,42 por ação no ano anterior.

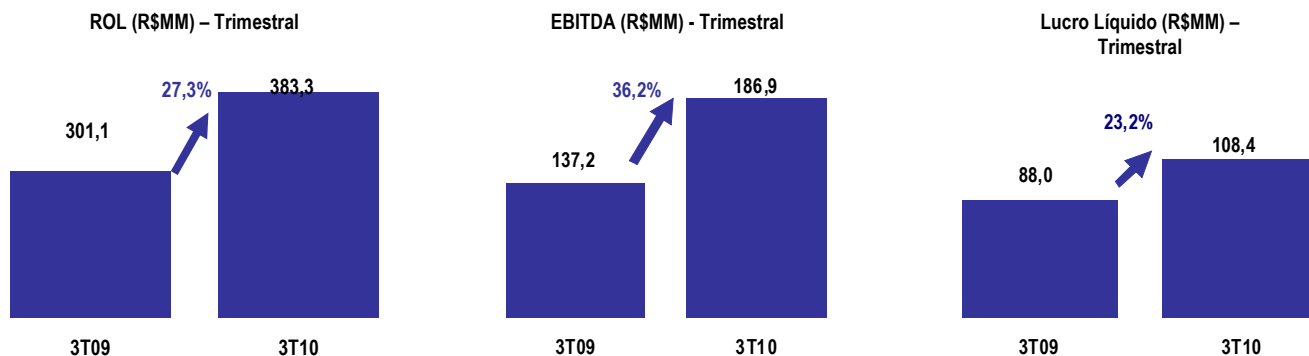
CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO



3.2 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – CEMAR

As informações econômico-financeiras constantes desta seção refletem 100% das operações da CEMAR.

DRE CEMAR (R\$ MM)	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
Receita Operac. Bruta (ROB)	424,0	434,1	515,5	21,6%	1.154,9	1.339,8	16,0%
Receita Operac. Líquida (ROL)	301,1	303,4	383,3	27,3%	826,7	954,2	15,4%
Custo de Energia Elétrica	(114,6)	(130,5)	(125,4)	9,5%	(338,4)	(375,1)	10,9%
Custos e Despesas Operacionais	(49,3)	(65,9)	(70,9)	43,9%	(148,4)	(196,3)	32,3%
EBITDA	137,2	107,1	186,9	36,2%	339,9	382,7	12,6%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2,2)	(0,7)	(4,3)	96,6%	(12,8)	(7,0)	-45,2%
Resultado do Serviço (EBIT)	110,1	84,3	158,8	44,2%	249,9	307,5	23,1%
Resultado Financeiro	(5,7)	(16,7)	(8,7)	52,1%	(8,4)	(31,9)	278,6%
Resultado Operacional	104,4	67,6	150,1	43,8%	241,4	275,6	14,2%
IR/CS	(14,2)	2,4	(34,0)	139,3%	(5,5)	(38,0)	587,0%
PLR	(2,2)	(2,7)	(7,7)	248,5%	(6,4)	(13,0)	103,3%
Lucro Líquido (LL)	88,0	67,3	108,4	23,2%	229,5	224,6	-2,1%



3.2.1 - RECEITA OPERACIONAL

ANÁLISE DA RECEITA	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
Volume de Vendas (MWh)*	972.902	1.020.490	1.072.160	10,2%	2.580.880	3.052.571	18,3%
No. de Clientes**	1.667.740	1.758.638	1.792.695	7,5%	1.667.740	1.792.695	7,5%
KWh por Cliente (no período)	583,4	580,3	598,1	2,5%	1.547,5	1.702,8	10,0%
Receita Bruta de Fornecimento de Energia (R\$ MM)	383,6	420,3	429,3	11,9%	1.059,2	1.233,1	16,4%
Residencial	182,0	204,7	203,4	11,8%	500,0	595,1	19,0%
Industrial	35,6	37,9	40,7	14,4%	99,2	112,7	13,7%
Comercial	89,3	95,6	97,8	9,5%	249,1	282,3	13,3%
Outras classes	76,7	82,1	87,3	13,9%	210,9	242,9	15,1%
Suprimento (R\$ MM)	2,3	1,8	11,4	395,8%	10,2	14,8	45,4%
Outras Receitas (R\$ MM)	38,1	11,9	74,8	96,5%	85,5	92,0	7,6%
Subvenção Baixa Renda	29,7	31,2	31,3	5,6%	83,9	92,8	10,7%
Constituição (Amortização) de Ativos Regulatórios	4,5	(28,0)	37,7	735,0%	(10,3)	(19,4)	-88,7%
CVA	22,9	(10,4)	25,8	12,7%	22,3	3,1	-86,0%
Uso da Rede	0,2	0,0	(0,3)	-207,5%	0,5	(0,2)	-143,5%
PLPT - IRT	0,8	(1,7)	14,4	1822,1%	0,7	11,1	1455,6%
RTD	(19,4)	(16,0)	(2,3)	88,1%	(33,8)	(33,4)	1,2%
Outras Receitas Operacionais	3,9	8,8	5,8	49,0%	11,9	18,5	55,9%
Deduções à Receita (R\$ MM)	(122,9)	(130,7)	(132,2)	-7,6%	(328,1)	(385,6)	-17,5%
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)	301,1	303,4	383,3	27,3%	826,7	954,2	15,4%
Ativos Regulatórios***	120,3	29,4	82,0	-31,9%	120,3	82,0	-31,9%

* Exclui Consumo Próprio e Fornecimento à CEPISA

** Exclui unidades consumidoras próprias

*** Saldo Líquido de Ativos e Passivos Regulatórios no Balanço

No 3T10, a Receita Bruta de venda de energia cresceu 11,9%, influenciada principalmente por 2 fatores: i) o crescimento no volume da energia vendida de 10,2% no trimestre, em comparação com o mesmo período do ano anterior, e ii) a contabilização dos ativos regulatórios incluídos como Componentes Financeiros do processo de Reajuste Tarifário Anual ocorrido em agosto, dos quais destacam-se o Baixa Renda e Déficit do PLPT. Conforme já foi esclarecido em Comentários de Desempenho anteriores, estes ativos são integralmente reconhecidos em agosto (mês em que ocorre o reajuste ou a revisão tarifária) e são gradativamente amortizados ao longo dos 12 meses subsequentes. No caso do 3T10, foram reconhecidos R\$74,5 milhões de ativos regulatórios, dos quais R\$13,2 milhões foram amortizados neste mesmo trimestre (valor correspondente às amortizações de agosto e setembro), resultando no reconhecimento líquido de R\$61,3 milhões.

A Receita Líquida atingiu R\$383,3 milhões, alta de 27,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A discrepância no crescimento da Receita Bruta (11,9%) e da Líquida (27,3%) ocorre neste trimestre principalmente em virtude do reconhecimento de R\$61,3 milhões dos ativos regulatórios, uma vez que sobre esta receita não há deduções.

3.2.2 - CUSTOS E DESPESAS

No 3T10, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$200,7 milhões, equivalentes a 52,4% da receita líquida, redução de 2,7 p.p. em relação ao percentual verificado no 3T09, de 55,1%.

Custos e Despesas Operacionais Gerenciáveis

No 3T10, o total de custos e despesas gerenciáveis da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, excluindo a PDD (Provisão para Devedores Duvidosos), as provisões para contingências, assim como amortização CVA e outros custos, atingiu R\$57,2 milhões, praticamente estável em termos de percentual da receita líquida quando comparado ao 3T09.

Neste trimestre, as despesas com pessoal totalizaram R\$15,1 milhões, aumento de 40,4% em relação ao observado no 3T09. Esse aumento é reflexo não só do acordo coletivo firmado em novembro de 2009, quando foi concedido reajuste salarial de 4,18%, como também por uma alteração promovida pela Resolução Normativa nº 396/2010 nos procedimentos de contabilização dos custos com pessoal.

As despesas com materiais totalizaram R\$1,6 milhão no 3T10, apresentando queda de 29,2% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Os principais custos que compõem essa rubrica são: i) a compra de material para a operação e manutenção do sistema elétrico, de R\$1,2 milhão; e ii) compra de combustíveis e lubrificantes para veículos de suporte, reparo e manutenção da rede de distribuição, que totalizou R\$0,3 milhão.

Os gastos com serviços de terceiros no 3T10 apresentaram aumento de 37,0% em relação aos valores verificados no 3T09, encerrando o trimestre em R\$38,2 milhões, impactados pelo aumento significativo no número de clientes (7,5%), melhoria da qualidade do sistema de distribuição de energia elétrica e ao programa de combate às perdas da Companhia. Os principais serviços que contribuíram para o crescimento dessa conta foram: i) aumento de R\$3,8 milhões em serviços de combate à fraude, como parte do plano de redução de perdas de energia da Companhia, ii) R\$0,5 milhão de aumento em serviços de manutenção em linha viva (quando a linha de distribuição não é desligada para execução dos serviços), iii) R\$0,5 milhão de crescimento em serviços de plantão de emergência, com equipes de apoio de técnicos e eletricitistas.

No 3T10, o nível de PDD e Perdas registrado foi de R\$6,3 milhões, ou 1,2% da Receita Operacional Bruta (ROB), nível 0,7 p.p. superior ao observado no mesmo trimestre do ano anterior. Entretanto, se observarmos o valor acumulado nos 9M10, o nível de PDD e Perdas representa 1,9% da ROB, crescimento de 0,2 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior.

A CEMAR atingiu a marca de 1.382 clientes por colaborador no 3T10, apresentando crescimento de 10,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Quanto à relação PMSO por cliente, houve aumento de 19,1%, representando custo de R\$31,9 por cliente.

R\$ MM	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
Pessoal	10,7	14,5	15,1	40,4%	29,7	44,4	49,4%
Material	2,3	1,9	1,6	-29,2%	6,2	5,5	-10,4%
Serviço de Terceiros	27,9	32,7	38,2	37,0%	76,2	101,6	33,3%
Outros	3,8	1,6	2,3	-39,0%	11,2	8,0	-28,7%
PMSO	44,7	50,7	57,2	28,0%	123,3	159,5	29,3%
<i>% Receita Líquida</i>	14,8%	16,7%	14,9%	0 p.p.	14,9%	16,7%	1,7 p.p.
Provisões	4,6	15,2	13,7	199,2%	25,1	36,9	46,7%
PDD e Perdas	2,1	13,0	6,3	194,2%	18,5	25,1	35,9%
<i>% Receita Bruta</i>	0,5%	3,0%	1,2%	0,7 p.p.	1,6%	1,9%	0,2 p.p.
Provisões para Contingências e Outras Provisões	2,4	2,2	7,4	203,5%	6,6	11,7	76,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	2,2	0,7	4,3	96,6%	12,8	7,0	-45,2%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	51,5	66,6	75,2	46,1%	161,3	203,4	26,1%
<i>% Receita Líquida</i>	17,1%	21,9%	19,6%	2,5 p.p.	19,5%	21,3%	1,8 p.p.
Energia Comprada e Transporte	96,7	109,2	109,7	13,5%	278,1	316,7	13,9%
Encargos Uso Rede e Conexão	17,6	20,6	18,8	6,7%	59,1	60,1	1,7%
Amortização CVA	-0,4	0,0	-4,2	837,4%	-0,7	-4,2	471,1%
Outros Custos	0,7	0,7	1,1	52,2%	2,0	2,5	28,6%
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	114,6	130,5	125,4	9,5%	338,4	375,1	10,9%
<i>% Receita Líquida</i>	38,1%	43,0%	32,7%	-5,3 p.p.	40,9%	39,3%	-1,6 p.p.
TOTAL	166,0	197,1	200,7	20,9%	499,7	578,5	15,8%
<i>Total (%Rec. Líq.)</i>	55,1%	64,9%	52,4%	-2,7 p.p.	60,4%	60,6%	0,2 p.p.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NÃO GERENCIÁVEIS

No 3T10, a Companhia registrou um total de R\$125,4 milhões de custos e despesas operacionais não gerenciáveis, um aumento de 9,5% em relação ao 3T09. O aumento verificado no trimestre decorre principalmente da maior compra de energia no período para atendimento do crescimento no consumo do mercado cativo, que cresceu 10,2% na comparação trimestral. É importante destacar que esses custos fazem parte de Parcela A da tarifa de energia, e, portanto, qualquer aumento nos mesmos decorrentes de variação de preços deve ser repassado à Companhia através do índice de reajuste tarifário anual (IRT), não devendo representar uma perda financeira para a mesma.

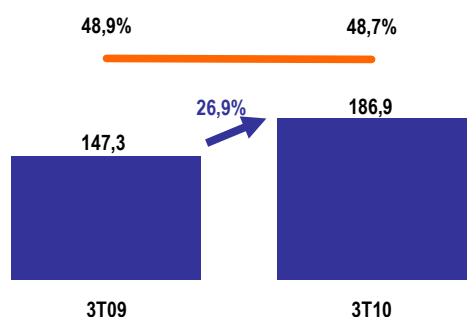
3.2.3 - EBITDA

No 3T10, o EBITDA atingiu R\$186,9 milhões, sendo 26,9% superior aos R\$147,3 milhões registrados no mesmo trimestre do ano anterior, já considerando os ajustes necessários daquele trimestre. O crescimento do EBITDA trimestral deriva principalmente do crescimento observado no volume de energia vendida pela CEMAR, pela redução nas perdas de energia da Companhia, assim como pelo maior reconhecimento de ativos regulatórios (R\$61,3 milhões, já líquidos de amortização) em seu processo de Reajuste Tarifário, conforme evidenciado na seção 3.1 – Receita Operacional.

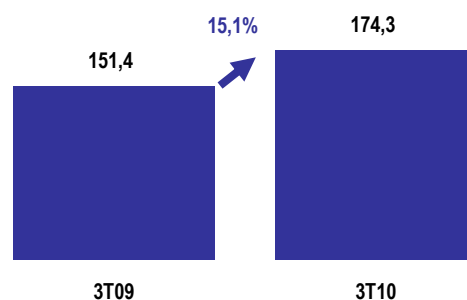
Quanto ao reconhecimento dos ativos regulatórios mencionados acima, gostaríamos de destacar os R\$46,6 milhões do Subsídio Baixa Renda e os R\$17,6 milhões do Déficit do PLPT (sem considerar as amortizações). No caso do Déficit do PLPT, até a próxima Revisão Tarifária (ago/13), tanto a remuneração do investimento como os custos adicionais por conta do programa serão reconhecidos como Componentes Financeiros nos Reajustes Anuais.

EBITDA (R\$ milhões)	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
Resultado do Serviço	110,1	84,3	158,8	44,2%	249,9	307,5	23,1%
Depreciação e Amortização	24,9	22,1	23,7	-4,6%	77,2	68,2	-11,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	2,2	0,7	4,3	96,6%	12,8	7,0	-45,2%
EBITDA	137,2	107,1	186,9	36,2%	339,9	382,7	12,6%
Ajuste RTD	3,9	-	-	N/A	3,9	-	N/A
Ajuste Trajetória de Perdas	6,2	-	-	N/A	6,2	-	N/A
EBITDA Ajustado	147,3	107,1	186,9	26,9%	350,0	382,7	9,4%

EBITDA (R\$MM) e Margem EBITDA: Trimestral



EBITDA (R\$) por MWh: Trimestral



3.2.4 - RESULTADO FINANCEIRO

No 3T10, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$8,7 milhões, ante R\$5,7 milhões no 3T09. Na decomposição do resultado financeiro líquido, observamos que a Companhia apresentou R\$24,7 milhões de Receita Financeira (praticamente estável em relação ao 3T09), e R\$33,4 milhões de Despesa Financeira (piora de 11,9% na comparação com o 3T09).

Atualmente, a Companhia não possui nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

R\$ MM	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
Rendas s/ aplicações financeiras	2,6	8,0	9,3	257,5%	14,6	24,0	63,9%
Multa e mora s/ energia vendida	12,8	11,8	12,5	-2,2%	31,0	36,9	18,9%
Correção s/ RTD e CVA	1,7	0,4	0,4	-74,3%	7,0	1,2	-83,2%
Outras receitas financeiras	7,1	(2,6)	2,5	-64,7%	26,0	5,3	-79,7%
Receita Financeira Total	24,1	17,6	24,7	2,3%	78,7	67,3	-14,4%
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(21,5)	(21,0)	(22,2)	-3,2%	(66,8)	(63,6)	4,8%
Variações Monetárias e Cambiais	(2,9)	(6,7)	(4,5)	-55,0%	(9,5)	(18,0)	-90,6%
Outras despesas financeiras	(5,5)	(6,6)	(6,8)	-23,2%	(10,8)	(17,6)	62,7%
Despesa Financeira Total	(29,9)	(34,3)	(33,4)	-11,9%	(87,1)	(99,2)	13,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(5,7)	(16,7)	(8,7)	-52,1%	(8,4)	(31,9)	-278,6%

3.2.5 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Na CEMAR, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício da ampliação da capacidade instalada, obtido junto à SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em dezembro/2005, e que em 2007 foi ampliado pelo benefício de modernização de toda a capacidade instalada, válida até 2016; ii) incentivo fiscal relacionado à depreciação acelerada, obtido junto à SUDENE, que permite que os investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição sejam integralmente considerados como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda de forma imediata (válido entre os anos de 2006 a 2013); e, iii) compensação de prejuízos acumulados. Cabe ressaltar que os itens i e ii são aplicáveis apenas ao IRPJ, enquanto que o item iii refere-se tanto ao IRPJ quanto à CSLL.

Composição da Taxa Efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social

IRPJ / CSLL (R\$MM)	3T09	2T10	3T10	9M09	9M10
LAIR	104,4	67,6	150,1	241,4	275,6
(-) Outras Despesas	2,2	2,7	2,7	6,4	13,0
LAIR base (1)	102,2	64,9	147,4	235,0	262,6
Despesa IRPJ / CSLL	(13,9)	2,4	(34,9)	(5,3)	(38,0)
(-) Ativo Fiscal Diferido	6,1	(12,5)	25,1	(11,9)	11,4
= Imposto Calculado	(7,8)	(10,0)	(9,9)	(17,2)	(26,7)
(+) Créditos Fiscais	-	2,7	-	-	4,3
= Imposto Caixa (2)	(7,8)	(7,4)	(9,9)	(17,2)	(22,4)
Taxa Efetiva de IRPJ e CSLL = (2) / (1)	7,6%	11,3%	6,7%	7,3%	8,5%

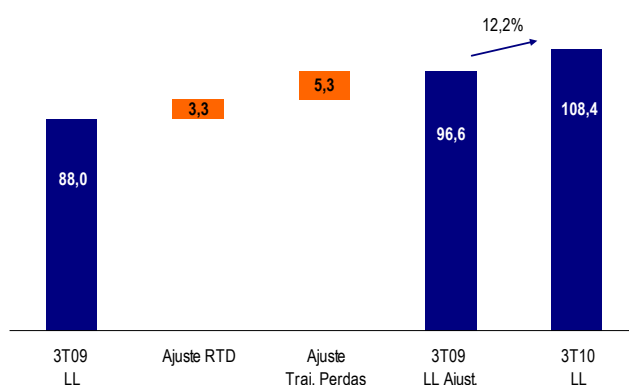
No 3T10, o resultado de IRPJ e CSLL foi negativo em R\$34,9 milhões que, considerando a utilização de ativos fiscais diferidos para compensação, a saída de caixa para o pagamento dos referidos impostos somou R\$9,9 milhões, o que representa uma alíquota efetiva de 6,7%.

3.2.6 - LUCRO LÍQUIDO

No 3T10, a CEMAR apresentou lucro líquido de R\$108,4 milhões, montante 23,2% superior àquele apresentado no mesmo trimestre do ano anterior. É importante ressaltar que o lucro do 3T09 sofreu impacto negativo extraordinário de R\$3,3 milhões decorrente de ajuste do RTD (Reposicionamento Tarifário Diferido) e de R\$5,3 milhões em virtude do ajuste na trajetória de perdas do 1º ciclo, ambos consequência do processo de Revisão Tarifária concluído em agosto de 2009. Se desconsiderarmos estes eventos extraordinários ocorridos no 3T09, o lucro líquido do 3T10 cresceu 12,2%.

O resultado líquido apresentado no 3T10 representa R\$0,66 por ação da CEMAR. Já o lucro líquido dos 9M10 representa R\$1,37 por ação, versus R\$1,40 por ação apresentados nos 9M09.

LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO – CEMAR

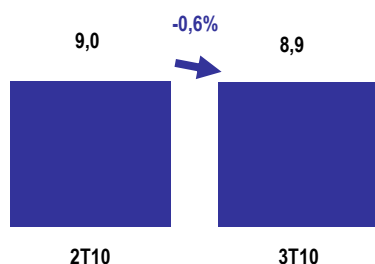


3.3 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO - Geramar

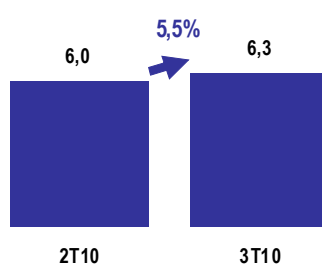
As informações constantes desta seção representam 25,0% das operações da Geramar.

DRE GERAÇÃO (R\$MM)	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
Receita Operac. Bruta (ROB)	-	9,9	9,8	N/A	-	28,0	N/A
Receita Operac. Líquida (ROL)	-	9,0	8,9	N/A	-	25,4	N/A
Custo de Energia Elétrica	-	(2,3)	(2,2)	N/A	-	(7,6)	N/A
Custos e Despesas Operacionais	-	(0,7)	(0,4)	N/A	-	(1,7)	N/A
EBITDA	-	6,0	6,3	N/A	-	16,1	N/A
Depreciação	-	(1,2)	(1,2)	N/A	-	(3,1)	N/A
Resultado do Serviço (EBIT)	-	4,8	5,1	N/A	-	13,0	N/A
Resultado Financeiro	-	(3,0)	(3,1)	N/A	-	(8,4)	N/A
Lucro Antes da Tributação (EBT)	-	1,8	2,1	N/A	-	4,6	N/A
IR/CS	-	(0,6)	(0,0)	N/A	-	(0,7)	N/A
Lucro Líquido (LL)	-	1,2	2,1	N/A	-	3,9	N/A

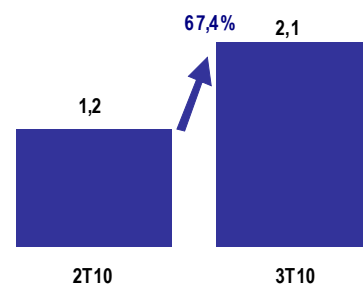
ROL (R\$MM) – Trimestral*



EBITDA (R\$MM) – Trimestral*



Lucro Líquido (R\$MM) – Trimestral*



* Excepcionalmente, em virtude de ser o 1º ano de suas operações, estamos comparando o desempenho trimestral da Geramar com o trimestre anterior, e não com o mesmo trimestre do ano anterior.

3.3.1 - RECEITA OPERACIONAL

No 3T10, a Receita Operacional Líquida (ROL) somou R\$8,9 milhões, totalmente resultante da Receita Fixa pela disponibilidade das usinas, uma vez que não houve solicitação de despacho por parte do ONS neste trimestre.

3.3.2 - CUSTOS E DESPESAS

O total gasto pelas usinas no 3T10 somou R\$3,8 milhões, distribuídos entre CUST (Custo de Uso do Sistema de Transmissão), custos de geração (como aquisição de combustíveis, operação e manutenção da usina, entre outros) e, em menor escala, PMSO (pessoal, material, serviços de terceiros e outros).

Custos e Despesas Operacionais	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
CUST + Custos de geração	-	2,3	2,2	N/A	-	7,6	N/A
PMSO	-	0,7	0,4	N/A	-	1,7	N/A
Depreciação	-	1,2	1,2	N/A	-	3,1	N/A
Geramar	-	4,2	3,8	N/A	-	12,4	N/A

3.3.3 - EBITDA

O EBITDA da Geramar no 3T10 atingiu R\$6,3 milhões, maior do que o apresentado no 2T10 basicamente pela redução dos gastos com PMSO na comparação trimestral.

3.3.4 - RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro do 2T10 foi negativo em R\$3,1 milhões em virtude dos juros dos empréstimos contratados para financiamento da construção das usinas.

3.3.5 - LUCRO LÍQUIDO

A Geramar registrou lucro líquido de R\$2,1 milhões neste trimestre, refletindo um trimestre no qual as usinas estiveram disponíveis para geração durante 100% do período.

4. ENDIVIDAMENTO

No 3T10, o endividamento bruto consolidado, incluindo os encargos, atingiu R\$1.260,0 milhões, redução de 2,8% se comparado aos R\$1.295,9 milhões apresentados no encerramento do trimestre anterior.

Em setembro de 2010, a Equatorial possuía apenas 0,7% de sua dívida bruta consolidada, equivalente a R\$8,6 milhões, denominada em moeda estrangeira, em sua maioria dólares norte-americanos. Em virtude do baixo grau de exposição à variação cambial, nem CEMAR nem Equatorial possuem qualquer tipo de *hedge* para proteção contra a desvalorização do Real frente a outras moedas.

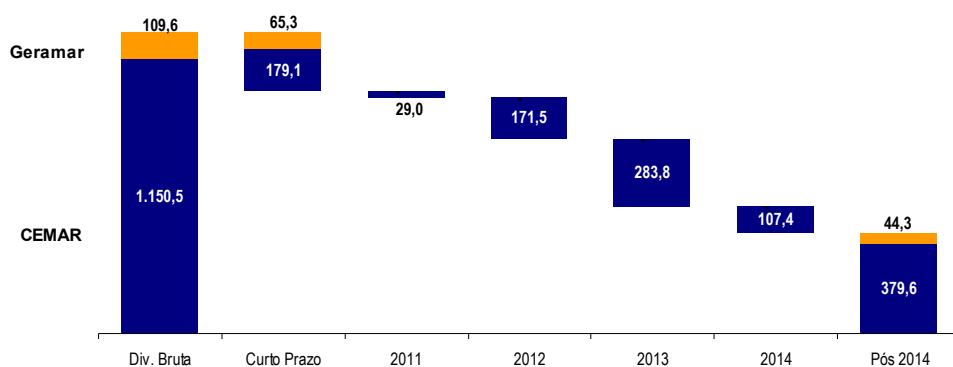
Situação da Dívida Bruta (100% CEMAR + 25% Geramar)¹

Indexador	Custo Médio (a.a.)	Prazo Final Médio (mês/ano)	Prazo Médio (em anos)	Part. (%)	Vencimento	CEMAR	Geramar	Consolidado	% do Total
MOEDA ESTRANGEIRA					Curto Prazo	179,1	65,3	244,4	19,4%
Libor	1,4%	set-21	11,2	0,3%	Longo Prazo	971,3	44,3	1.015,6	80,6%
Pré Fixado (US\$)	6,5%	set-21	11,2	0,4%	2011	29,0	-	29,0	2,3%
TOTAL (CEMAR)	4,5%		11,2	0,7%	2012	171,5	-	171,5	13,6%
					2013	283,8	-	283,8	22,5%
					2014	107,4	-	107,4	8,5%
					Após 2014	379,6	44,3	423,9	33,6%
					Dívida Bruta	1.150,5	109,6	1.260,0	100,0%
MOEDA NACIONAL					Disponibilidades	352,0	5,6	357,6	
CEMAR	9,2%		6,7	90,6%	Caixa Holding			81,5	
IGP-M	11,8%	dez-23	13,5	12,4%	Caixa Equatorial Soluções			5,6	
TJLP	9,8%	abr-13	2,7	5,5%	Ativo Reg. Líquido	82,0		82,0	
Pré Fixado (R\$)	8,4%	abr-19	8,7	19,7%	Dívida Líquida	716,4	104,0	733,4	
RGR	6,5%	out-17	7,2	17,0%					
FINEL ^(*)	11,3%	dez-15	5,4	3,5%					
CDI	9,8%	fev-14	3,5	32,5%					
Geramar	10,6%		7,0	8,7%					
CDI	13,1%	dez-10	1,0	59,6%					
TJLP	7,0%	dez-25	16,0	40,4%					
TOTAL	9,3%		6,7	99,3%					
TOTAL	9,3%		6,8	100,0%					

(*) Considerando 100% da CEMAR

(**) Índice que representa 20% do IGP-M + de 9,4% a 12% a.a.

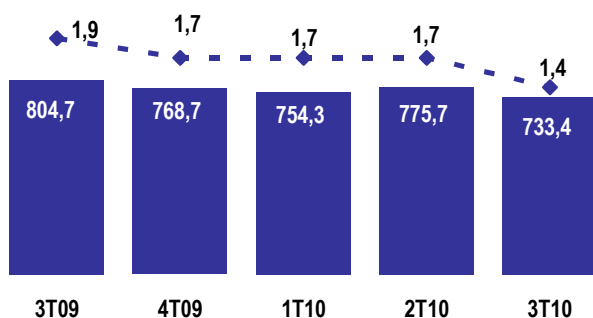
Cronograma de Vencimento da Dívida Bruta (R\$ milhões)



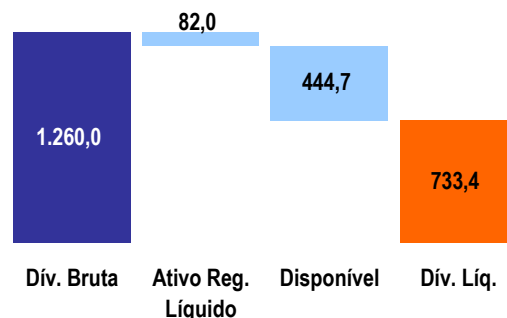
A dívida líquida, considerando as disponibilidades e os ativos regulatórios líquidos, atingiu o montante de R\$733,4 milhões no fechamento do 3T10, redução de 5,5% em relação aos R\$775,7 milhões apresentados ao final do 2T10, e reduzindo seu múltiplo para 1,4x EBITDA dos últimos 12 meses (ante 1,7x EBITDA no 2T10).

¹ Para maiores detalhes, vide Anexo 4 – Demonstrativo de Empréstimos e Financiamentos.

Dívida Líquida (R\$MM)(*) e Dívida Líquida/ EBITDA (Últ. 12 meses)
Consolidado (100% CEMAR + 25% Geramar)

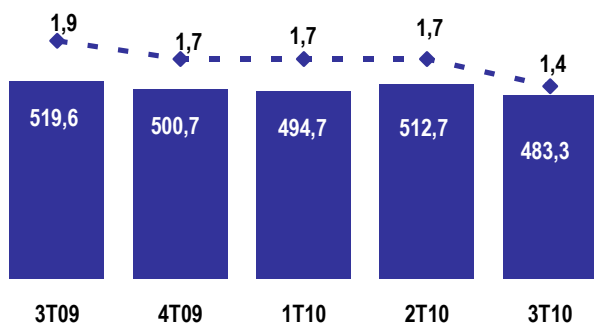


Conciliação da Dívida Líquida (R\$MM)
Consolidado (100% CEMAR + 25% Geramar)

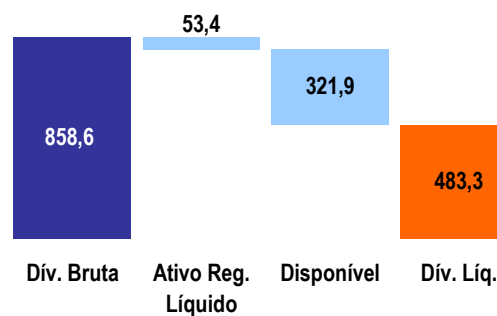


O endividamento líquido total consolidado, ajustado pelas participações da Equatorial na CEMAR (65,11%) e na Geramar (25%), totaliza, em setembro de 2010, a quantia de R\$483,3 milhões, representando a relação de 1,4x o EBITDA consolidado dos últimos 12 meses, comparado a 1,7x no fechamento do 2T10.

Dívida Líquida (R\$MM) e Dívida Líquida/EBITDA (Últ. 12 meses)
Consolidado Ajustado (65,11% CEMAR + 25% Geramar)



Conciliação da Dívida Líquida (R\$MM)
Consolidado Ajustado (65,11% CEMAR + 25% Geramar)



6. INVESTIMENTOS

As informações relativas aos Investimentos realizados no período consideram 100% dos números da CEMAR e 25% da Geramar. Desde o 2T10, deixamos de consolidar os valores referentes à Light.

INVESTIMENTOS (R\$MM)	3T09	2T10	3T10	Var.	9M09	9M10	Var.
CEMAR							
Próprio (*)	62,2	43,4	48,0	-22,8%	175,6	129,7	-26,1%
PLPT	46,1	45,7	65,0	41,0%	110,6	143,8	30,1%
Total	108,4	89,1	113,1	4,3%	286,2	273,5	-4,4%
Geramar							
Geração	59,3	8,5	0,3	-99,6%	89,0	15,9	-82,2%
TOTAL EQUATORIAL	167,7	97,6	113,3	-32,4%	375,2	289,4	-22,9%

(*) Inclusive investimentos indiretos do PLPT

6.1 - CEMAR

Os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$48,0 milhões no 3T10, representando uma redução de 22,8% em relação ao 3T09. Desse total, R\$24,4 milhões foram direcionados para a expansão da rede de distribuição no Estado do Maranhão, R\$15,5 milhões para a manutenção da rede já existente e os R\$8,1 milhões restantes estão subdivididos entre equipamentos, sistemas e outros.

Investimentos no Programa Luz Para Todos - PLPT

Ao final do 3T10, foi alcançada a marca de 264 mil clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR através do PLPT, gerando um benefício direto para mais de 1,3 milhão de habitantes no Estado do Maranhão. O PLPT já está presente em 211 (ou 97%) dos 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados urbanos e para a geração de renda nestas localidades. Ao longo do 3T10, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais, fretes e serviços de terceiros, foi de R\$65,0 milhões, 41,0% superior ao investimento realizado no mesmo trimestre do ano anterior.

6.2 – Geramar

O investimento apresentado no 3T10 refere-se basicamente à manutenção das plantas, uma vez que sua fase de construção foi totalmente concluída no 1T10.

7. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL - CEMAR

Em agosto de 2010, foi concluído o processo de Reajuste Tarifário Anual da CEMAR. Considerando-se o efeito líquido da inclusão dos componentes financeiros na tarifa, o efeito médio percebido pelo consumidor é de 0,08%. Dentro dos componentes financeiros, os principais itens considerados foram R\$46,6 milhões de Subsídio Baixa Renda e R\$17,6 milhões do Déficit do Programa Luz Para Todos, ambos contabilizados na receita da CEMAR do trimestre.

No caso do Déficit do PLPT, até a próxima Revisão Tarifária (ago/13), tanto a remuneração do investimento, como os custos adicionais por conta do programa serão reconhecidos como Componentes Financeiros nos Reajustes Anuais.

Reajuste Tarifário Anual 2010		
IRT Puro	6,17%	
Componentes Financeiros	5,88%	Em R\$ mil
Subsídio Baixa Renda	3,51%	46.632
Prog. Luz Para Todos	1,32%	17.568
Outros	1,05%	13.870
Reajuste Médio ao Consumidor	0,08%	

8. MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Equatorial Energia encerraram o 3T10 cotadas a R\$10,25, com desvalorização de 9,4% em relação ao valor ajustado (considerando o efeito da cisão) de fechamento do 2T10, R\$11,31.

Em termos de volume, a Companhia registrou uma média de negociação diária de R\$4,5 milhões nos últimos 60 pregões findos em 30 de setembro de 2010. As ações da Equatorial são negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e fazem parte dos seguintes índices: IEE, ITAG e IGC.

9. NOVOS PROJETOS

A Equatorial continua prospectando oportunidades de investimento nos segmentos de distribuição e geração, em linha com sua estratégia corporativa que prevê a participação da Companhia no contexto de consolidação das distribuidoras de energia elétrica no Brasil e América Latina, e no cenário de investimentos necessários em geração no país.

10. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da KPMG Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e serviços por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As seguintes informações não foram revisadas pelos auditores independentes: i) dados operacionais da CEMAR (incluindo aqueles relacionados ao Programa Luz para Todos (PLPT)); ii) informações financeiras pró-forma, bem como a comparação destas informações com os resultados societários do período; e iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro das companhias.

11. EVENTOS DE DIVULGAÇÃO

TELECONFERÊNCIA EM INGLÊS

Quinta-feira, 11 de novembro de 2010
12h00 (horário de Brasília)
9h00 (horário de Nova York)
Telefone: +1 (412) 317-6776
Código: Equatorial
Replay: +1 (412) 317-0088
Código do replay: 445711#

TELECONFERÊNCIA EM PORTUGUÊS

Quinta-feira, 11 de novembro de 2010
14h00 (horário de Brasília)
11h00 (horário de Nova York)
Telefone: +0 XX (11) 3301-3000
Código: Equatorial
Replay: +0 XX (11) 3127-4999
Código: 47197257

- ▶ Os participantes devem se conectar aproximadamente 10 minutos antes do início das teleconferências.
- ▶ **SLIDES E WEBCAST:** Os slides da apresentação estarão disponíveis para visualização e *download* na sessão de Relações com Investidores em nosso *website* <http://www.equatorialenergia.com.br/ri> a partir da data da teleconferência. O áudio das teleconferências será transmitido ao vivo pela Internet, no mesmo site, onde ficará disponível após o evento.
- ▶ **REPLAY:** O *replay* das teleconferências estará disponível de 12 a 19 de novembro de 2010. Para acessar, favor ligar para os números indicados acima ou acesse o nosso *website*.

CONTATOS

- ▶ **Eduardo Haiama**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- ▶ **Thomas Newlands**
Analista de Relações com Investidores
- ▶ **Telefones:** + 0 XX (21) 3206-6635 / 6607
- ▶ **E-mail:** ri@equatorialenergia.com.br
- ▶ **Website:** www.equatorialenergia.com.br/ri

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE CEMAR

Maiores informações ou abertura de dados econômico-financeiros e operacionais sobre a CEMAR poderão ser encontradas nos Comentários de Desempenho individuais da empresa, disponíveis na internet, através do endereço abaixo:

- ▶ **CEMAR:** www.cemar-ma.com.br/ri

AVISO

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras “acredita”, “poderá”, “irá”, “continua”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “estima” ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Crítérios contábeis adotados:

As informações estão apresentadas na forma consolidada e de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações financeiras consolidadas apresentadas neste relatório representam 100% do resultado da CEMAR, excluindo 34,89% de participação dos minoritários, 25% da Geramar e 100% da Equatorial Soluções.

As informações operacionais consolidadas representam 100% dos resultados da CEMAR, 25% da Geramar e 100% da Equatorial Soluções.

Para possibilitar a comparabilidade entre os trimestres e períodos acumulados, as informações financeiras do 3T09, 2T10, 9M09 e 9M10 são pró-forma, desconsiderando a participação da Equatorial na Light, conforme processo de cisão ocorrido em 29 de abril de 2010.

ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO (R\$ MM)

► Resultados do 3T09, 9M09 e 9M10 são pró-forma, desconsiderando a mesma participação então detida pela Equatorial na RME.

Demonstração do Resultado (em R\$ milhões)	3T09	2T10	3T10	9M09	9M10
RECEITA OPERACIONAL	424,6	447,7	527,1	1.155,6	1.374,1
Fornecimento de Energia Elétrica	417,8	433,3	508,2	1.132,8	1.334,4
Suprimento de Energia Elétrica	2,3	1,8	11,4	10,2	14,8
Outras Receitas	4,5	12,6	7,6	12,6	24,9
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(123,0)	(131,9)	(133,2)	(328,2)	(388,7)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	301,6	315,8	393,9	827,4	985,4
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(114,6)	(132,8)	(127,6)	(338,4)	(382,7)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(96,7)	(111,2)	(111,6)	(278,1)	(323,4)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(17,6)	(20,9)	(19,1)	(59,1)	(61,0)
Outras Despesas Não Gerenciáveis	(0,3)	(0,7)	3,1	(1,2)	1,7
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(51,3)	(69,6)	(80,2)	(155,8)	(218,6)
Pessoal	(12,1)	(15,3)	(16,1)	(33,4)	(53,4)
Material	(2,3)	(2,0)	(1,7)	(6,2)	(5,8)
Serviço de Terceiros	(28,0)	(34,6)	(45,8)	(78,4)	(111,9)
Provisões	(4,6)	(15,2)	(13,7)	(25,1)	(36,9)
Outros	(4,3)	(2,5)	(2,9)	(12,6)	(10,6)
EBITDA	135,7	113,4	186,0	333,1	384,1
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(2,2)	(0,7)	(4,3)	(12,8)	(7,0)
Depreciação e Amortização	(24,9)	(23,3)	(25,0)	(77,3)	(71,4)
RESULTADO DO SERVIÇO	108,6	89,4	156,7	243,0	305,7
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	(2,3)	(1,6)	-	9,7
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	14,4
Amortização de Ágio	-	(2,3)	(1,6)	-	(4,7)
RESULTADO FINANCEIRO	(4,0)	(17,6)	(9,5)	4,6	(33,8)
Receitas Financeiras	25,9	19,6	27,1	92,6	73,9
Despesas Financeiras	(29,9)	(37,3)	(36,6)	(88,0)	(107,7)
RESULTADO OPERACIONAL	104,6	69,5	145,7	247,6	281,5
Contribuição Social	(7,9)	(10,3)	(10,0)	(17,6)	(27,1)
Imposto de Renda	(20,7)	(15,3)	(15,6)	(48,7)	(41,7)
Impostos Diferidos	(6,4)	12,5	(24,2)	11,6	(11,4)
Incentivo ADENE	20,5	14,6	15,4	47,2	40,5
PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO	(3,4)	(3,3)	(8,2)	(9,7)	(14,7)
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLAD.	(30,7)	(23,5)	(37,8)	(79,9)	(78,4)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	56,0	44,1	65,3	150,5	148,7

ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR EMPRESA (R\$ MM)

- ▶ A tabela abaixo reflete o processo de consolidação da Equatorial, obtido através da soma da Equatorial Holding + 100% da Equatorial Soluções + 100% da CEMAR + 25% da Geramar + Eliminações.
- ▶ Na linha de “Participação de Acionista Não Controlador” é feito um ajuste de forma que o lucro líquido consolidado da Equatorial reflita sua participação real na CEMAR, de 65,11%.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR EMPRESA (R\$MM)	Equatorial Holding	Geramar 25%	Equatorial Soluções 100%	CEMAR 100%	Eliminações	Equatorial Consolidado
RECEITA OPERACIONAL	0,0	9,8	1,8	515,5	-	527,1
Fornecimento de Energia Elétrica	-	9,8	-	498,3	-	508,2
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	-	11,4	-	11,4
Encargo de Capacidade Emergencial	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	0,0	0,0	1,8	5,8	-	7,6
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(0,0)	(0,9)	(0,1)	(132,2)	-	(133,2)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,0	8,9	1,7	383,3	-	393,9
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	(2,2)	-	(125,4)	-	(127,6)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(1,9)	-	(109,7)	-	(111,6)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-	(0,3)	-	(18,8)	-	(19,1)
Outras Despesas Não Gerenciáveis	-	-	-	3,1	-	3,1
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(6,6)	(0,4)	(2,2)	(70,9)	-	(80,2)
Pessoal	(0,7)	(0,0)	(0,2)	(15,1)	-	(16,1)
Material	(0,0)	(0,1)	-	(1,6)	-	(1,7)
Serviço de Terceiros	(5,5)	(0,1)	(2,0)	(38,2)	-	(45,8)
Provisões	-	-	-	(13,7)	-	(13,7)
Outros	(0,3)	(0,2)	(0,0)	(2,3)	-	(2,9)
EBITDA	(6,6)	6,3	(0,6)	186,9	-	186,0
Outras Despesas/Receitas Operacionais	-	-	-	(4,3)	-	(4,3)
Depreciação e Amortização	(0,0)	(1,2)	(0,0)	(23,7)	-	(25,0)
RESULTADO DO SERVIÇO	(6,7)	5,1	(0,6)	158,8	-	156,7
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	70,4	-	-	-	(72,0)	(1,6)
Equivalência Patrimonial	72,0	-	-	-	(72,0)	-
Amortização de Ágio	(1,6)	-	-	-	-	(1,6)
RESULTADO FINANCEIRO	2,2	(3,1)	0,1	(8,7)	-	(9,5)
Receitas Financeiras	2,2	0,1	0,1	24,7	-	27,1
Despesas Financeiras	(0,0)	(3,1)	0,0	(33,4)	-	(36,6)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	65,9	2,1	(0,4)	150,1	(72,0)	145,7
Contribuição Social	(0,0)	-	(0,1)	(9,9)	-	(10,0)
Imposto de Renda	(0,1)	(0,0)	(0,1)	(15,4)	-	(15,6)
Impostos Diferidos	-	-	-	(24,2)	-	(24,2)
Incentivo SUDENE	-	-	-	15,4	-	15,4
PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO	(0,5)	-	(0,1)	(7,7)	-	(8,2)
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLAD.	-	-	-	-	(37,8)	(37,8)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	65,3	2,1	(0,7)	108,4	(109,8)	65,3

ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MM)

ATIVO (R\$ MM)	3T09	4T09	1T10	2T10	3T10
CIRCULANTE	896,8	956,5	1.028,8	1.014,3	1.073,3
Disponibilidades e aplicações financeiras	337,6	440,5	523,4	490,8	444,7
Consumidores e Revendedores	317,9	328,5	341,8	374,7	400,7
Estoques	11,7	5,5	5,8	5,6	5,5
Impostos a Recuperar	72,9	46,2	50,1	58,3	70,3
Baixa Renda	20,3	23,1	22,5	23,4	24,9
Ativos Regulatórios	112,4	84,9	52,3	20,0	75,0
Outros Créditos a Receber	24,1	27,8	32,8	41,5	52,2
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	409,0	415,4	415,4	413,2	417,9
Consumidores e Revendedores	65,9	68,2	69,3	61,8	58,6
Impostos a Recuperar	99,4	119,2	120,0	124,4	133,1
Créditos Fiscais Diferidos - IR/CSLL	239,6	218,9	217,1	217,5	217,5
Outros Créditos a Receber	4,0	9,0	8,9	9,4	8,7
PERMANENTE	1.612,6	1.646,8	1.612,3	1.631,9	1.725,9
Investimentos	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Diferido	2,0	1,9	1,9	1,8	1,7
Intangível/Ágio	291,4	290,6	285,8	290,9	291,0
Imobilizado	2.086,7	2.183,2	2.227,2	2.288,2	2.375,5
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço	(767,7)	(829,1)	(902,7)	(949,2)	(942,5)
TOTAL DO ATIVO	2.918,4	3.018,7	3.056,4	3.059,3	3.217,1
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ MM)	3T09	4T09	1T10	2T10	3T10
CIRCULANTE	539,8	620,0	619,3	549,0	596,7
Fornecedores	183,5	183,1	116,1	150,2	174,8
Folha de Pagamento, Férias e Encargos	0,7	0,8	0,9	0,8	0,9
Dividendos e JCP	0,4	70,5	70,5	0,4	0,4
Tributos e Contribuições Sociais	55,6	33,8	48,7	49,3	66,2
Empréstimos e Financiamentos	203,7	223,8	238,6	192,1	188,7
Debêntures	1,9	7,8	55,5	61,8	55,7
Taxa de Iluminação Pública	13,7	15,7	15,5	14,6	13,2
Provisão para Contingências	3,2	3,3	2,5	1,6	2,7
Passivos Regulatórios	12,3	16,8	14,9	14,0	17,9
Outros	64,8	64,4	56,1	64,2	76,1
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.206,5	1.321,8	1.293,4	1.299,0	1.301,7
Tributos e Contribuições Sociais	150,4	229,3	226,6	235,2	263,5
Debêntures	267,3	267,3	256,6	257,4	258,1
Empréstimos e Financiamentos	769,4	801,6	787,0	784,6	757,6
Provisão para Contingências	4,5	2,9	2,6	1,2	2,0
Outros	14,8	20,7	20,6	20,6	20,5
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	285,6	254,5	271,7	295,2	337,1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	886,4	822,4	872,0	916,2	981,6
Capital Social	566,9	548,3	552,4	566,8	566,8
Reservas de Lucro/Capital	115,3	274,1	280,3	280,4	280,4
Lucro/Prejuízo Acumulados	204,3	-	39,3	69,0	134,3
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.918,4	3.018,7	3.056,4	3.059,3	3.217,1

ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Considerando 100% da CEMAR + 25% da Geramar + 100% Equatorial Soluções

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (em R\$ milhões)	3T09				3T10			
	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total
MOEDA ESTRANGEIRA	0	1	9	10	0	1	8	9
Tesouro Nacional	0	1	9	10	0	1	8	9
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
MOEDA LOCAL	10	193	761	964	6	182	794	982
Eletrobrás	1	56	343	400	-	42	372	414
Instituições Financeiras	8	133	396	537	6	134	402	543
Dívida com Fundo de Pensão	-	5	22	27	-	5	19	25
SUB TOTAL - EMP. E FINANCIAMENTOS	10	194	769	973	7	182	802	990
Debêntures	-	2	267	269	-	56	214	270
TOTAL DA DÍVIDA	10	196	1.037	1.242	7	238	1.015	1.260

C.P. = Curto Prazo / L.P. = Longo Prazo

Considerando 65,11% da CEMAR + 25% da Geramar + 100% da Equatorial Soluções

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (R\$MM)	3T09				3T10			
	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total
MOEDA ESTRANGEIRA	0	0	6	6	0	0	5	6
Tesouro Nacional	0	0	6	6	0	0	5	6
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
MOEDA LOCAL	7	147	495	649	4	141	532	677
Eletrobrás	1	36	223	261	-	27	242	270
Instituições Financeiras	6	107	258	371	4	110	277	392
Dívida com Fundo de Pensão	-	3	14	17	-	4	12	16
SUB TOTAL - EMP. E FINANCIAMENTOS	7	147	501	655	5	141	537	683
Debêntures	-	1	174	175	-	36	139	176
TOTAL DA DÍVIDA	7	148	675	830	5	177	677	859

C.P. = Curto Prazo / L.P. = Longo Prazo

ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO (R\$MM)	3T09	4T09	1T10	2T10	3T10
Caixa Inicial	192,1	337,6	440,5	523,4	490,8
FC das Atividades Operacionais					
<i>Lucro Líquido</i>	56,0	(26,2)	39,3	44,1	65,3
(+) <i>Despesas Não Caixa</i>	24,9	24,0	24,1	25,6	26,5
<i>Variações Ativas</i>	(50,9)	36,8	10,7	(16,0)	(109,8)
<i>Variações Passivas</i>	120,2	86,2	(49,1)	57,2	128,1
(=) FC das Atividades Operacionais	150,3	120,8	25,0	110,9	110,1
FC das Atividades de Investimento					
Imobilizado	(167,2)	(116,9)	(67,2)	(84,3)	(112,2)
Outros	(1,4)	(2,7)	4,0	(7,3)	(1,7)
(=) FC das Atividades de Investimento	(168,6)	(119,6)	(63,2)	(91,6)	(113,9)
FC das Atividades de Financiamento					
<i>Atividades de Financiamento Próprias</i>					
Empréstimo e Financiamento	100,9	58,3	37,1	(41,8)	(35,7)
Dividendos Pagos	-	-	-	(71,0)	-
Aumento do Capital	(10,3)	(18,0)	10,3	14,5	0,1
Subvenções	73,1	61,4	73,6	46,5	(6,7)
(=) FC das Atividades de Financiamento	163,7	101,7	121,1	(51,9)	(42,3)
(=) FC do Trimestre	145,4	102,9	82,9	(32,6)	(46,1)
Caixa Final	337,6	440,5	523,4	490,8	444,7

ANEXO 6 – IMPACTOS PELA APLICAÇÃO DO IFRS NO DRE

Abaixo, destacamos os impactos da implantação do IFRS sobre os resultados da Equatorial no 3T09 e 3T10:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	3T09		3T09	3T10		3T10
	Original	Ajustes	IFRS	Original	Ajustes	IFRS
RECEITA OPERACIONAL	908,7	(488,5)	420,2	527,1	(40,9)	486,2
Fornecimento de Energia Elétrica	845,5	(432,1)	413,4	508,2	(40,9)	467,2
Suprimento de Energia Elétrica	25,1	(22,8)	2,3	11,4	-	11,4
Outras Receitas	38,0	(33,6)	4,5	7,6	-	7,6
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(302,3)	179,8	(122,6)	(133,2)	0,5	(132,8)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	606,4	(308,8)	297,6	393,9	(40,4)	353,4
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(295,0)	180,7	(114,3)	(127,6)	(3,1)	(130,7)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(277,4)	180,7	(96,7)	(111,6)	-	(111,6)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(17,6)	-	(17,6)	(19,1)	-	(19,1)
Outras Despesas Não Gerenciáveis		-		3,1	(3,1)	
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(106,3)	46,1	(60,2)	(80,2)	(20,3)	(100,5)
Pessoal	(21,2)	5,9	(15,3)	(16,1)	(8,2)	(24,3)
Material	(3,2)	0,9	(2,3)	(1,7)	-	(1,7)
Serviço de Terceiros	(35,1)	7,1	(28,0)	(45,8)	-	(45,8)
Provisões	(23,9)	19,3	(4,6)	(13,7)	-	(13,7)
Outros	(22,9)	12,9	(10,0)	(2,9)	(12,0)	(14,9)
EBITDA	205,0	(82,0)	123,1	186,0	(63,8)	122,2
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(0,7)	0,7		(4,3)	4,3	
Depreciação e Amortização	(44,1)	19,2	(24,9)	(25,0)	0,1	(24,9)
RESULTADO DO SERVIÇO	160,3	(62,2)	98,2	156,7	(59,4)	97,3
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1,2	7,8	9,0	(1,6)	(0,0)	(1,6)
Equivalência Patrimonial	-	9,0	9,0	-	-	
Amortização de Ágio	1,2	(1,2)		(1,6)	-	(1,6)
RESULTADO FINANCEIRO	(17,0)	11,1	(5,8)	(9,5)	0,1	(9,4)
Receitas Financeiras	36,5	(12,0)	24,5	27,1	0,1	27,2
Despesas Financeiras	(53,4)	23,1	(30,3)	(36,6)	-	(36,6)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	144,5	(43,2)	101,3	145,7	(59,3)	86,4
Contribuição Social	(26,7)	18,8	(7,9)	(10,0)	-	(10,0)
Imposto de Renda	(20,7)	-	(20,7)	(15,6)	-	(15,6)
Impostos Diferidos	(8,9)	5,5	(3,3)	(24,2)	17,4	(6,8)
Incentivo ADENE	20,5	-	20,5	15,4	-	15,4
PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO	(4,1)	4,1	-	(8,2)	8,2	-
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	(38,7)	10,1	(28,7)	(37,8)	11,8	(26,1)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	65,9	(4,7)	61,2	65,3	(21,9)	43,4

ANEXO 7 – IMPACTOS PELA APLICAÇÃO DO IFRS NO BALANÇO PATRIMONIAL

Abaixo, destacamos os impactos da implantação do IFRS sobre os resultados da Equatorial no 2T10 e 3T10:

ATIVO (R\$ Mil)	2T10		2T10 IFRS	3T10		3T10 IFRS
	Original	Ajustes		Original	Ajustes	
CIRCULANTE	1.014,3	(25,4)	988,9	1.073,3	(80,4)	992,8
Disponibilidades e aplicações financeiras	490,8	-	490,8	444,7	-	444,7
Consumidores e Revendedores	374,7	-	374,7	400,7	-	400,7
Estoques	5,6	0,2	5,8	5,5	0,2	5,8
Impostos a Recuperar	58,3	-	58,3	70,3	-	70,3
Baixa Renda	23,4	-	23,4	24,9	-	24,9
Ativos Regulatórios	20,0	(20,0)	-	75,0	(75,0)	-
Outros Créditos a Receber	41,5	(5,6)	35,9	52,2	(5,7)	46,5
NÃO CIRCULANTE	2.045,0	(305,2)	1.739,8	2.143,8	(314,9)	1.829,0
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	413,2	(36,1)	377,1	417,9	(36,4)	381,5
Consumidores e Revendedores	61,8	-	61,8	58,6	-	58,6
Impostos a Recuperar	124,4	(74,9)	49,5	133,1	(81,7)	51,5
Ativos Regulatórios	-	-	-	-	-	-
Créditos Fiscais Diferidos - IR/CSLL	217,5	8,4	225,9	217,5	3,8	221,4
Ativo Financeiro da Concessão	-	30,5	30,5	-	41,4	41,4
Outros Créditos a Receber	9,4	-	9,4	8,7	-	8,7
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	-	-	-	-	-
PERMANENTE	1.631,9	(269,1)	1.362,8	1.725,9	(278,4)	1.447,5
Investimentos	0,2	-	0,2	0,2	-	0,2
Imobilizado	2.288,2	(1.193,1)	1.095,1	2.375,5	(1.288,0)	1.087,5
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço	(949,2)	-	(949,2)	(942,5)	-	(942,5)
Diferido	1,8	(1,8)	-	1,7	(1,7)	-
Intangível / Ágio	290,9	925,8	1.216,7	291,0	1.011,2	1.302,3
TOTAL DO ATIVO	3.059,3	(330,6)	2.728,7	3.217,1	(395,3)	2.821,8

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	2T10		2T10 IFRS	3T10		3T10 IFRS
	Original	Ajustes		Original	Ajustes	
CIRCULANTE	549,0	(6,8)	542,2	596,7	(9,4)	587,4
Fornecedores	150,2	-	150,2	174,8	-	174,8
Folha de Pagamento, Férias e Encargos	0,8	-	0,8	0,9	-	0,9
Dividendos a pagar	0,4	-	0,4	0,4	-	0,4
Tributos e Contribuições Sociais	49,3	(10,4)	38,9	66,2	(23,9)	42,3
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	-	17,6	17,6	-	27,4	27,4
Empréstimos e Financiamentos	192,1	-	192,1	188,7	-	188,7
Debêntures	61,8	-	61,8	55,7	-	55,7
Taxa de Iluminação Pública	14,6	-	14,6	13,2	-	13,2
Provisão para Contingências	1,6	-	1,6	2,7	-	2,7
Passivos Regulatórios	14,0	(14,0)	-	17,9	(17,9)	-
Eficientização	-	25,7	25,7	-	29,9	29,9
Outros	64,2	(25,7)	38,5	76,1	(24,9)	51,3
NÃO CIRCULANTE	1.140,9	76,5	1.217,5	1.301,7	(107,4)	1.194,3
Tributos e Contribuições Sociais	139,4	12,0	151,5	263,5	(109,8)	153,7
Debêntures	267,3	(9,9)	257,4	258,1	-	258,1
Empréstimos e Financiamentos	714,1	70,6	784,6	757,6	-	757,6
Provisão para Contingências	5,3	(1,8)	3,4	2,0	2,4	4,4
Deságio	-	-	-	-	-	-
Outros	14,9	5,7	20,6	20,5	-	20,5
MINORITÁRIOS	254,9	(201,7)	53,3	337,1	(256,2)	80,9
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	829,5	86,2	915,8	981,6	(22,3)	959,2
Capital Social	577,9	(11,1)	566,8	566,8	-	566,8
Reservas de Lucro/Capital	114,6	165,8	280,4	280,4	-	280,4
Lucro/Prejuízo acumulados	137,0	(68,4)	68,6	134,3	(22,3)	112,0
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.774,4	(45,7)	2.728,7	3.217,1	(395,3)	2.821,8



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Equatorial Energia S.A.
São Luís - MA

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais da Equatorial Energia S.A. (“Companhia”), compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e nas Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas, compreendendo o balanço patrimonial consolidado e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, ambas referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, as quais incluem as notas explicativas elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais individuais da Equatorial Energia S.A. acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento também, de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas da Equatorial Energia S.A. e suas controladas acima referidas para que estas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, durante o ano de 2009 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram certas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações foram adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das Informações Trimestrais individuais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010 e divulgadas na nota explicativa nº 3. As presentes Informações Trimestrais individuais estão sendo reapresentadas e, portanto, diferem das originalmente apresentadas pela Companhia em 30 de setembro de 2010, incluindo nosso relatório de revisão datado de 14 de maio de 2010. As Informações Trimestrais individuais correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, refeitas e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil com vigência para 2010.
6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia e suas controladas passaram a apresentar a partir do exercício de 2010, suas Informações Trimestrais consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo IASB. As Informações Trimestrais consolidadas da Companhia e suas controladas correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, preparadas de acordo com o mencionado padrão contábil internacional, estão sendo apresentadas para fins de comparação.
7. Nossa revisão foi efetuada com o objetivo de emitirmos um relatório de revisão sobre as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais dessa Companhia e suas controladas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração consolidada do valor adicionado não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada para possibilitar uma análise adicional. Essa informação complementar foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão aplicados às informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas e, baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita para que esta informação complementar esteja apresentada de forma condizente com as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

Fortaleza, 29 de abril de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-MA



João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 S-MA

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Balanços patrimoniais

em 30 de setembro de 2010 e 30 de junho de 2010

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009			30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	81.520	78.801	444.710	440.507	Fornecedores	17	5.131	149	174.764	183.064
Consumidores e revendedores	7	(4)	-	443.682	373.569	Folha de pagamento		41	44	924	763
Baixa renda	8	-	-	24.862	23.115	Provisão de férias e encargos		50	81	8.978	5.707
Serviços pedidos	12	-	-	39.733	18.279	Financiamentos e empréstimos	18	-	-	188.709	223.825
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	-	-	(43.028)	(45.112)	Debêntures	19	-	-	55.735	7.814
Impostos sobre o lucro	9	689	-	28.802	4.788	Taxas regulamentares		-	-	7.410	2.950
Imposto a recuperar	10	-	130	41.533	41.447	Impostos e contribuições a recolher	20	1.715	1.088	69.767	33.796
Pagamentos antecipados		22	16	1.748	902	Dividendos e juros sobre o capital	22	27	48.679	410	60.786
Estoques		-	-	5.752	5.520	Provisão para contingências	21	-	-	2.679	3.316
Ativos regulatórios	11	-	-	-	-	Taxa de iluminação pública		-	-	13.241	15.704
Dividendos a receber		261	22.094	-	-	Passivos regulatórios	11	-	-	-	-
Outros créditos		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>5.017</u>	<u>3.163</u>	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	-	-	29.862	17.138
		<u>82.489</u>	<u>101.041</u>	<u>992.811</u>	<u>866.178</u>	Participação nos lucros		1.294	6.679	15.040	20.586
						Outras contas a pagar		<u>94</u>	<u>12</u>	<u>19.850</u>	<u>18.055</u>
								<u>8.352</u>	<u>56.732</u>	<u>587.369</u>	<u>593.504</u>
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Realizável a longo prazo					
Consumidores e revendedores (líquido de PCLD)	7	-	-	58.618	68.235	Financiamentos e empréstimos	18	-	-	757.631	801.639
Impostos a recuperar	9	11.027	13.078	51.456	56.820	Debêntures	19	-	-	258.124	267.300
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	221.350	219.199	Impostos e contribuições a recolher	20	-	-	153.712	136.133
Ativo financeiro da concessão - Líquido		-	-	41.389	33.402	Provisão para contingências	21	-	-	4.357	4.808
Outros créditos		-	-	8.660	8.959	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	-	-	16.624	16.624
		<u>11.027</u>	<u>13.078</u>	<u>381.473</u>	<u>386.615</u>	Outras contas a pagar		-	-	3.847	4.044
								<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.194.295</u>	<u>1.230.548</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda		-	482.964	-	483.565						
Imobilizado	14	298	298	144.988	131.319						
Investimentos	12	873.763	738.796	221	221	Patrimônio líquido					
Intangível	15	-	-	1.302.288	1.239.271	Capital social	24	566.831	907.485	566.831	907.485
						Reservas de capital	24	11.386	5.003	11.386	5.003
						Reservas de lucros	24	241.394	366.957	241.394	367.558
						Participações de acionistas não controladores		-	-	80.892	3.071
						Lucros acumulados		<u>139.614</u>	<u>-</u>	<u>139.614</u>	<u>-</u>
								<u>959.225</u>	<u>1.279.445</u>	<u>1.040.117</u>	<u>1.283.117</u>
Diferido	16	-	-	-	-	Total do passivo		<u>967.577</u>	<u>1.336.177</u>	<u>2.821.781</u>	<u>3.107.169</u>
Total do ativo		<u>967.577</u>	<u>1.336.177</u>	<u>2.821.781</u>	<u>3.107.169</u>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 30 de setembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Receita operacional líquida	734	391	1.288.054	1.150.386
Custo do serviço de energia elétrica	-	-	(777.763)	(757.446)
Custo da energia elétrica	26	-	(671.273)	(649.735)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(323.361)	(278.057)
Custo de construção	-	-	(286.905)	(312.565)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	(61.007)	(59.113)
Custo da operação	26	-	(106.490)	(107.711)
Custo da operação - Pessoal	-	-	(14.174)	(8.263)
Custo da operação - Material	-	-	(4.010)	(4.311)
Custo da operação - Serviços de terceiros	-	-	(27.467)	(26.178)
Custo da operação - Depreciação e amortização	-	-	(60.192)	(66.236)
Custo da operação - Arrendamentos e aluguéis	-	-	(60)	(28)
Outros	-	-	(587)	(2.695)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	-	-	-
Custo do serv. Prestado - Pessoal	-	-	-	-
Custo do serv. Prestado - Serviços de terceiros	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Lucro operacional bruto	734	391	510.291	392.940
Despesas com vendas	-	-	(55.231)	(51.617)
Despesas administrativas	(7.320)	(2.217)	(58.936)	(32.051)
Despesa com pessoal e administradores	(9.629)	(6.997)	(26.469)	(15.476)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-	-	(25.140)	(18.502)
Provisão (reversão) de contingências	-	-	(5.270)	(3.268)
Depreciação e amortização	-	-	(11.020)	(10.963)
Outras despesas/receitas operacionais	(1.273)	(1.350)	(18.535)	(8.040)
Outras despesas / receitas não recorrentes	(113)	(94)	(7.149)	(12.938)
Resultado do serviço	(17.601)	(10.267)	302.541	253.023
Resultado financeiro	26	6.121	12.900	(33.555)
Rendas financeiras	5.978	13.799	34.888	47.173
Acréscimo moratório de energia vendida	-	-	36.020	29.149
Variações monetárias e cambiais	-	-	-	-
Juros dos empréstimos e financiamentos	-	(6)	2.625	8.828
Juros sobre capital próprio	-	-	(94.656)	(73.731)
Outras	143	(893)	(12.432)	(13.454)
Resultado da equivalência patrimonial	26	166.046	149.781	9.655
Receitas/Despesas operacionais	153.832	152.023	(231.650)	(111.735)
Resultado operacional	154.566	152.414	278.641	281.205
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	154.566	152.414	278.641	281.205
Provisões de impostos	(566)	(1.878)	(43.744)	(7.531)
Contribuição social	10(c)	(97)	(506)	(27.125)
Imposto de renda	10(c)	(469)	(1.372)	(41.345)
Incentivo fiscal SUDENE	10(c)	-	-	39.844
Impostos diferidos	10(c)	-	-	(15.117)
Lucro do exercício das operações continuadas	154.000	150.536	234.897	273.674
Operações descontinuadas	-	43.155	-	-
Lucro do exercício de operações descontinuadas	-	43.155	-	-
Lucro líquido antes das participações de acionistas não controladores	154.000	193.691	234.897	273.674
Participação de acionistas não controladores	-	-	(80.897)	(80.135)
Lucro líquido do período	154.000	193.691	154.000	193.539
Lucro por lote de mil ações (R\$)	1,42	1,83	1,42	1,83
Quantidade de ações no final do período	108.480.828	105.880.505	108.480.828	105.880.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

em 30 de setembro de 2010 e 30 de junho de 2010

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros								
	Capital social	Reservas de capital	Legal	Reserva para investimento e expansão	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Ajustes adoção inicial IFRS	Resultado de operações descontinuadas	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)	987.649	2.611	28.563	82.303	130.936	-	-	-	1.232.062
Aprovação de Dividendos propostos	-	-	-	-	(130.936)	-	-	-	(130.936)
Opções outorgadas reconhecidas	-	2.392	-	-	-	-	-	-	2.392
Ajustes IFRS	-	-	-	-	-	(41.653)	-	-	(41.653)
Aumento de capital	2.139	-	-	-	-	-	-	-	2.139
Redução de capital	(82.303)	-	-	-	-	-	-	-	(82.303)
Resultado do período	-	-	-	-	-	13.988	78.118	124.290	216.396
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	130.977	-	130.977
Destinações propostas:									
Reserva legal	-	-	10.450	-	-	-	-	(10.450)	-
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	147.737	-	-	-	(147.737)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(42.217)	(42.217)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	1.169	-	-	(1.169)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(7.412)	(7.412)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	907.485	5.003	39.013	230.040	1.169	(27.665)	209.095	(84.695)	1.279.445
Aprovação de Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.169)	-	-	-	(1.169)
Opções outorgadas reconhecidas	-	6.220	-	-	-	-	-	-	6.220
Aumento de capital	18.511	-	-	-	-	-	-	-	18.511
Ajustes IFRS	-	-	-	-	-	6.583	-	-	6.583
Resultado do período	-	-	-	-	-	13.639	26.847	24.936	65.422
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	(6.599)	-	(6.599)
Saldos em 31 de março de 2010	925.996	11.223	39.013	230.040	-	(7.443)	229.343	(59.759)	1.368.413
Cisão parcial do acervo conforme AGOE de 29/04/2010	(359.165)	-	-	-	-	-	(124.379)	(14.386)	(497.930)
Opções outorgadas reconhecidas	-	81	-	-	-	-	-	-	81
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	-	13.583	(12.411)	44.030	45.202
Saldos em 30 de junho de 2010	566.831	11.304	39.013	230.040	-	6.140	92.553	(30.115)	915.766
Opções outorgadas reconhecidas	-	82	-	-	-	-	-	-	82
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	-	(21.909)	-	65.286	43.377
Saldos em 30 de setembro de 2010	566.831	11.386	39.013	230.040	-	(15.769)	92.553	35.171	959.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 30 de setembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2010	30.09.2009	30.09.2010	30.09.2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	154.000	193.692	234.897	193.692
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-	-	15.117	(11.552)
Impostos de renda e contribuições sociais a pagar	566	422	28.627	19.083
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	80.135
Lucro líquido das operações descontinuadas	-	-	-	-
Lucro líquido do período antes dos impostos	154.566	194.114	278.641	281.358
Despesas (receitas) que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	7.885	-	2.467	-
Perda (ganho) na venda de intangível / Valor residual do ativo imobilizado baixado	-	-	13.691	21.875
Amortização de intangível	-	-	91.069	80.393
Despesa de juros sobre empréstimos	-	-	105.866	68.641
Perdas (ganhos) cambiais de atividades financeiras	-	-	15.684	(989)
Contingências	-	-	5.270	3.268
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	25.140	18.502
Pagamentos com Base em ações	6.383	1.818	6.383	1.818
Resultado de equivalência da operação descontinuada	(26.826)	10.629	(26.826)	-
Resultado de equivalência dos investimentos continuados	(142.965)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - IFRS	12.574	(122.065)	11.230	8.871
Dividendos propostos a pagar	-	-	-	-
Outros	(2)	(82.303)	-	-
	<u>(142.951)</u>	<u>(191.921)</u>	<u>249.974</u>	<u>202.379</u>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante				
Consumidores, concessionárias e outras contas a receber	4	-	(87.720)	321.675
Almoxarifado	-	-	-	1.156
Impostos a recuperar	2.181	(3.113)	5.278	427.753
Impostos e contribuições a recuperar	(934)	-	(15.964)	22.494
Serviços pedidos e outros	-	-	(21.454)	(6.866)
Baixa renda	-	-	(1.747)	10.482
Redução em Participação nos lucros	-	-	-	(88)
Outros créditos a receber	(7)	3.254	(2.632)	53.939
	<u>1.244</u>	<u>141</u>	<u>(124.239)</u>	<u>830.545</u>
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante				
Fornecedores	4.982	(20)	(8.300)	(121.820)
Impostos e contribuições a recolher	(34)	1.892	9.032	(18.706)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	627	-	247	(104.267)
Tributos sobre o lucro	-	(1.577)	-	(2.415)
Obrigações estimadas, folhas de pagamento e TIP	-	85	969	(22.277)
Provisão para contingências	-	-	(6.358)	(252.833)
Taxas regulamentares	-	-	4.460	(32.056)
Programa de eficiência	-	-	12.724	(44.041)
Participação nos lucros	(5.385)	225	(5.546)	-
Outras contas a pagar	(531)	62.709	(462)	(447.180)
	<u>(341)</u>	<u>63.314</u>	<u>6.766</u>	<u>(1.045.595)</u>
Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Juros pagos	-	-	(85.199)	(82.093)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(321)	(219)	(9.674)	-
	<u>(321)</u>	<u>(219)</u>	<u>(94.873)</u>	<u>(82.093)</u>
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	12.197	65.429	316.269	186.594
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições no ativo imobilizado	-	-	(18.263)	(122.566)
Aquisições no ativo intangível	-	-	(287.037)	(266.538)
Aquisições de ativo financeiro (concessão)	-	-	-	(46.026)
Dividendos recebidos da operação descontinuada	21.833	-	-	-
Outros	-	-	113.400	102.071
	<u>21.833</u>	<u>-</u>	<u>(191.900)</u>	<u>(333.059)</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	34.030	65.429	124.369	(146.465)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	74.254	253.710
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(151.384)	(61.089)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(49.822)	(188.457)	(61.547)	(243.059)
Pagamento por diminuição de capital social	-	-	-	(82.303)
Recebimento pela emissão de ações / Aumento de capital	18.511	2.121	18.511	2.121
	<u>(31.311)</u>	<u>(186.336)</u>	<u>(120.166)</u>	<u>(130.620)</u>
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento	2.719	(120.907)	4.203	(277.085)
Demonstração do aumento nas disponibilidades				
Caixa no início do período	78.801	187.258	440.507	614.654
Caixa no final do período	81.520	66.351	444.710	337.569
Aumento nas disponibilidades	2.719	(120.907)	4.203	(277.085)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	856	456	1.677.348	1.478.609
Outras despesas/receitas operacionais	(1.273)	(1.350)	(18.535)	(8.040)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-	(345)	(25.140)	(18.502)
Outras despesas / receitas não recorrentes	(113)	(94)	(7.149)	(12.938)
Provisão (reversão) de contingências	-	(3.220)	(5.270)	(3.268)
	(530)	(4.553)	1.621.254	1.435.861
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(671.273)	(649.735)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.320)	(2.217)	(113.540)	(91.336)
Despesas Comerciais e Outras	-	-	(2.519)	(1.959)
	(7.320)	(2.217)	(787.333)	(743.030)
Valor adicionado (aplicado) bruto	(7.850)	(6.770)	833.921	692.831
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	(71.212)	(77.199)
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	(7.850)	(6.770)	762.709	615.632
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	166.046	149.781	9.655	43.155
Resultado de operações descontinuadas	-	43.155	-	-
Reversão de reservas de lucros	-	-	-	-
Receitas financeiras	5.978	13.799	70.908	76.322
Outras	143	(893)	(12.432)	(13.454)
	172.167	205.842	68.131	106.023
Valor adicionado total a distribuir	164.317	199.072	830.840	721.655
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
	9.258	6.555	50.784	33.482
	39	67	8.294	5.181
	17	26	2.817	1.834
	315	349	6.222	2.654
	9.629	6.997	68.117	43.151
Tributos				
	645	1.920	218.800	157.887
	-	113	213.419	177.389
	43	23	819	478
	688	2.056	433.038	335.754
Remuneração de capitais de terceiros				
	-	6	(2.625)	(8.828)
	-	2	2.757	4.173
	-	8	132	(4.655)
Remuneração de capitais próprios				
	-	-	94.656	73.731
	-	-	-	-
	154.000	193.691	154.000	193.539
	-	(34.163)	80.897	80.135
	154.000	159.528	329.553	347.405
Valor adicionado	164.317	168.589	830.840	721.655

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

Trimestre findo em 30 de setembro de 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora”), com sede em São Luís no Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de distribuição de energia elétrica.

No dia 7 de abril de 2008, a Equatorial Energia realizou a conversão de suas ações preferenciais para ordinárias (na proporção de 1 ação preferencial para 1 ação ordinária) e o grupamento de suas ações, de modo que 3 ações ordinárias foram convertidas em 1 ação ordinária. Assim, a Equatorial passou a ser negociada na Bolsa de Valores de São Paulo sob o ticker “EQTL3”. Em 23 de abril de 2008, a Companhia concluiu seu processo de migração do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA para o Novo Mercado.

Conforme já havia sido divulgado em Fato Relevante, datado de 30 de dezembro de 2009, o controlador da Equatorial, FIP PCP, e a CEMIG firmaram um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, tendo a Equatorial como interveniente anuente, visando a alienação da participação indireta do FIP PCP na Light.

Esse contrato previa que o FIP PCP faria aprovar uma cisão parcial da Equatorial, segregando sua participação acionária na RME dos demais ativos da Companhia, quais sejam suas participações na CEMAR, na Equatorial Soluções e na Geradora de Energia do Norte S.A. Tal cisão foi aprovada na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 29 de abril de 2010 e ocorreu mediante versão da participação da Companhia na RME para uma nova sociedade chamada Redentor Energia S.A.

Os montantes cindidos correspondem substancialmente ao valor do investimento que a Equatorial detinha da RME na data base de 31 de março de 2010 no montante de R\$373.552. Com a cisão as contas patrimoniais da Equatorial que sofreram redução foram: Investimentos em R\$373.552, capital social em R\$359.166 e o lucro acumulado em R\$14.386.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Redentor possui seu capital social representado apenas por ações ordinárias. Cada acionista da Companhia recebeu uma ação da Redentor para cada ação detida na Companhia. Não houve alteração ou extinção de direitos das ações emitidas pela Redentor em relação às ações de emissão da Companhia, uma vez que as ações de emissão da Redentor atribuídas aos acionistas da Companhia em decorrência da Cisão Parcial fazem jus aos mesmos direitos e vantagens atribuídos às ações de emissão da Companhia.

A Redentor possui seu capital social representado apenas por ações ordinárias. Cada acionista da Companhia recebeu uma ação da Redentor para cada ação detida na Companhia. A partir de 25 de agosto de 2010, as ações de emissão da Redentor passaram a ser negociadas separadamente das ações de emissão da Companhia, ambas no segmento Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Não houve alteração ou extinção de direitos das ações emitidas pela Redentor em relação às ações de emissão da Companhia, uma vez que as ações de emissão da Redentor atribuídas aos acionistas da Companhia em decorrência da Cisão Parcial fazem jus aos mesmos direitos e vantagens atribuídos às ações de emissão da Companhia.

2 Entidades do grupo

Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

	Nota	2010	2009
CEMAR	a.	65,11%	65,12%
RME	b.	-	25,00%
Geradora de Energia do Norte	c.	25,00%	25,00%
Equatorial Soluções	d.	100,00%	100,00%

a. Companhia Energética do Maranhão (“CEMAR”): Sociedade de economia privada, de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o estado do Maranhão, atendendo, em 30 de setembro de 2010 a mais de 1,7 milhões de clientes e cobrindo uma área superior a 333 mil Km². O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060, celebrado entre a Companhia, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEMAR, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos. Em 30 de setembro de 2010, a Companhia mantém participação de 65,11% (65,12% em 30 de junho de 2010) na CEMAR.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- b. Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”):** Em 12 de fevereiro de 2008, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da Equatorial a incorporação da PCP Energia Participações S.A., sociedade que detinha participação indireta de 13,03% na Light S.A., através da RME - Rio Minas Energia Participações S.A., na qual detinha 25% de participação e que, através de acordo de acionistas, compartilhava o controle da referida sociedade. A incorporação possibilitou a concentração na Equatorial de investimentos no setor de energia da América Latina, tornando-a um veículo único para expansão de sua participação no mercado de energia elétrica, por meio de novos investimentos e aquisições. Desta forma, a Companhia detinha 25% da RME - Rio Minas Energia Participações S.A., que possuía, em 31 de dezembro de 2008, 52,13% da Light S.A. Devido a cisão, aprovada na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 29 de abril de 2010 que ocorreu mediante versão da participação da Companhia na RME para uma nova sociedade chamada Redentor Energia S.A.
- c. Geradora de Energia do Norte S.A:** Já em operação, é a sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecerão energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Companhia. O consórcio que detém o controle da Companhia é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%) O controle da Companhia é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas. Em 30 de setembro de 2010, a Companhia mantém participação de 25,00% (25,00% em 30 de junho de 2010) na Geradora de Energia do Norte.
- d. Equatorial Soluções S.A.:** A Equatorial Soluções é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros. Em 30 de setembro de 2010 a Companhia detém participação de 100,00% (100,00% em 31 de dezembro de 2009) da Equatorial Soluções.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

As controladas CEMAR e Equatorial Soluções, bem como a controlada em conjunto Geradora de Energia do Norte, serão doravante mencionadas nas notas explicativas abaixo apenas como “Controladas”, quando mencionadas em conjunto.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes informações trimestrais incluem:

- As informações trimestrais consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP);
- As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP; e
- As informações trimestrais da Controlada CEMAR considerando a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo atendido os conceitos contábeis introduzidos pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e CPCs emitidos em 2009 e 2010.

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para informações trimestrais separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas informações trimestrais individuais. Assim sendo, as informações trimestrais consolidadas do Grupo e as informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas-lado a lado em um único conjunto de informações trimestrais.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

b. Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os passivos para transações de pagamento baseados em ações liquidadas em dinheiro mensurados pelo valor justo;
- o ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais está de acordo com as normas IFRS e os normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- Nota 7a - provisão para redução do valor recuperável
- Nota 100 - utilização de prejuízos fiscais
- Nota 19 - provisões e contingências.
- Nota 11 - mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 28 - mensuração de instrumentos financeiros

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC.

a. Base de consolidação

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio. Nas aquisições em que o grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias saldos também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo;

Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor (es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As informações trimestrais consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando a operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que auferir da operação conjunta.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre grupo, são eliminados na preparação das informações trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Informações trimestrais individuais

Nas informações trimestrais individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações trimestrais individuais quanto nas informações trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Equatorial Energia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável às informações trimestrais separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ao valor justo.

Destaque da participação de minoritários no passivo e na demonstração do resultado.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

c. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do período.

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

d. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do referido ativo expiram, ou quando a Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro em uma transação em que todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

O Grupo tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esta classe de ativos se aplica nos casos em que o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de risco e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos de transação com esses ativos são reconhecidos no resultado como incorridos. E mudanças no valor justo desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação. Após o reconhecimento inicial, tais empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao seu valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem os saldos de caixa e os investimentos financeiros de alta liquidez, seus valores de mercado refletem os valores registrados no balanço patrimonial, que são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data base das informações trimestrais e equivalem aos seus valores justos.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os demais passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte integrante das disposições contratuais que regem tal instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais cancelada ou vencida.

O Grupo possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital social

Ações ordinárias - são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

e. Consumidores e revendedores

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do período, são contabilizados com base no regime de competência (nota explicativa nº 7).

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Provisão para redução do valor recuperável

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu contas a receber (nota explicativa nº 7 a).

f. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário, e não excede o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo imobilizado e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

g. Ativo Indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 60, de 28 de agosto de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a)** Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b)** Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota explicativa nº 7.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

O Grupo reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso o Grupo seja pago pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

h. Ativos intangíveis

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Quando às aquisições forem anteriores a 01 de janeiro de 2009, o ágio é calculado por seu custo atribuído, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo seu custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução no valor recuperável de tal investimento não é alocada para nenhum ativo resultando que o ágio, que faz parte do valor contábil das companhias investidas registradas por equivalência patrimonial.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Contratos de concessão de serviços

O Grupo reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que tem sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumuladas do seu valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado.

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação a vida útil estimada dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. As vidas úteis estimadas estão de acordo com contrato de concessão de serviços, por 30 anos.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual o Grupo tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infra-estrutura até o final do período da concessão.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

i. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o seu valor de face é apropriada ao resultado de longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

j. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das informações trimestrais, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

k. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações decorrentes das contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante o período no qual os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa, ou que esteja disponível a redução em futuros pagamentos. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas ao seu valor presente.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações do Grupo e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano no Grupo. Um benefício econômico está disponível ao Grupo se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e das condições de aquisição na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos.

l. Provisões

O Grupo registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

O Grupo também está sujeita a várias reivindicações cíveis e trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda; de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores do Grupo e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

p. Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Quando novas normas, emendas as normas e interpretações não tenham efeito sobre as informações trimestrais do Grupo, acreditamos que não é necessário listá-las já que tal divulgação não seria material.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido, é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

b. Ativos intangíveis

O valor justo de ativos intangíveis recebidos como remuneração pela prestação de serviços de distribuição de energia em um contrato de concessão de serviços é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. A Companhia adota como valor justo dos serviços de construção prestados o custo total de construção, considerando as práticas do mercado brasileiro de distribuição de energia elétrica, são equivalentes a receita de construção. Quando a Companhia recebe um ativo intangível e um ativo financeiro como remuneração pela prestação de serviços de distribuição de energia em um acordo de concessão de serviços, a Companhia estima o valor justo do ativo intangível como a diferença entre o valor justo dos serviços de distribuição de energia prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido.

O valor justo de outros ativos intangíveis é baseado valor justo da amortização menos o valor justo do ativo financeiro.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

c. Estoques

O valor justo de estoques adquiridos é apurado baseando-se no preço de venda estimado no curso normal das atividades do negócio, menos dos custos estimados de conclusão e despesas de venda, e em uma razoável margem de lucro baseada no esforço exigido para concluir e vender tais estoques.

d. Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis são apurados por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das informações trimestrais.

e. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, excluindo obra em andamento, mas incluindo recebíveis de contratos de concessão de serviços, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

f. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações trimestrais. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência com contratos semelhantes de arrendamento.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

g. Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo das opções dos ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes. Premissas para mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2010	31.12.2009	30.09.2010	31.12.2009
Numerários disponíveis	63	31	19.636	22.885
Investimentos Financeiros	<u>81.457</u>	<u>78.770</u>	<u>425.074</u>	<u>417.622</u>
Total	<u><u>81.520</u></u>	<u><u>78.801</u></u>	<u><u>444.710</u></u>	<u><u>440.507</u></u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo.

Os investimentos financeiros correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas em condições e taxas normais de mercado e estão disponíveis para utilização nas operações do Grupo, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os investimentos financeiros são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, resgatáveis em período menor que 90 dias.

O Grupo considerou esses ativos circulantes como equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa.

7 Consumidores e revendedores

	Consolidado	
	30.09.2009	31.12.2009
Circulante		
Fornecimento faturado	269.211	234.314
Fornecimento não faturado	42.187	41.211
Parcelamento de débitos	103.353	81.326
Subtotal	414.751	356.851
Comercialização no âmbito do CCEE	7.348	593
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	-	6
PERCEE	122	119
Concessionárias	233	205
Serviços prestados	648	627
Cheques em cobrança	1.544	1.355
Outros	19.036	13.813
Subtotal	28.931	16.718
	443.682	373.569
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.028)	(45.112)
	400.654	328.457

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Consolidado	
	30.09.2010	31.12.2009
Não circulante		
Comercialização no âmbito do CCEE	8.010	8.010
Parcelamento de débitos	53.661	63.870
Parcelamento de débitos - Ajuste a Valor Presente	(3.053)	(3.645)
Cheques em cobrança	3.638	3.638
Subtotal	62.256	71.873
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.638)	(3.638)
	<u>58.618</u>	<u>68.235</u>

(1) Os parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável, conforme Lei nº 11.638/07.

a. Provisão para redução do valor recuperável

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da administração e considerando a Instrução Geral 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos, aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa nas controladas foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

30.09.2010				
Consolidado	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	51.899	58.681	15.200	125.780
Industrial	14.396	4.112	6.259	24.767
Comercial	28.329	13.793	5.115	47.237
Rural	4.885	2.835	2.881	10.601
Poder público	11.080	11.654	3.604	26.338
Iluminação pública	7.432	4.422	1.679	13.533
Serviço público	8.127	10.495	2.333	20.955
Fornecimento faturado e parcelamentos (CP e LP)	126.148	105.992	37.071	269.211

31.12.2009				
Consolidado	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	49.182	56.190	9.926	115.298
Industrial	12.205	6.239	3.499	21.943
Comercial	26.482	14.658	4.155	45.295
Rural	4.390	2.732	2.168	9.290
Poder Público	5.748	9.599	1.539	16.886
Iluminação Pública	6.187	4.840	391	11.418
Serviço Público	7.836	5.183	1.165	14.184
Fornecimento faturado e parcelamentos (CP e LP)	112.030	99.441	22.843	234.314

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

8 Baixa renda e viva luz

Em 01º de julho de 2003, a ANEEL emitiu a Resolução nº 320 que acrescentou novos procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de Baixa Renda.

Lançado em novembro de 2009 o programa Viva Luz, criado pelo governo do Estado do Maranhão, tem como objetivo beneficiar os consumidores residenciais, que apresentem consumo mensal de até 50 kWh, através da isenção do pagamento de suas contas de luz, via repasse do governo à CEMAR.

De acordo com tais procedimentos, em 30 de setembro de 2010 a CEMAR possui R\$24.862 de Baixa Renda e Viva Luz (R\$23.115 em 31 de dezembro de 2009).

	30.09.2010	31.12.2009
Baixa renda	22.001	20.424
Viva luz	2.861	2.691
Total	24.862	23.115

9 Impostos a recuperar

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	30.09.2010	31.12.2009	30.09.2010	31.12.2009
Circulante				
Impostos sobre o lucro				
Antecipação de IRPJ/CSL	321	-	24.273	7
IRPJ/CSLL a Restituir	(59)	-	1.237	1.275
Créditos fiscais – IRPJ e CSL	-	-	-	343
IRRF	427	-	3.291	3.162
	689	-	28.802	4.788

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	30.09.2010	31.12.2009	30.09.2010	31.12.2009
Impostos a recuperar				
ICMS	-	-	36.811	38.812
PIS/COFINS	-	-	144	1
REFIS/PAES	-	-	-	77
IRRF sobre JCP	-	-	107	-
Outros	-	130	4.471	2.557
	-	130	41.533	41.447
Total	689	130	70.335	46.235
Não circulante				
IRPJ e CSLL a restituir	8.743	10.685	8.743	10.685
IR s/ aplicação financeira	2.283	2.393	2.283	2.393
ICMS	1	-	39.848	41.185
Outros	-	-	582	2.557
	11.027	13.078	51.456	56.820

* O valor de R\$4.471 na linha de Outros no Circulante do Consolidado, contempla R\$1.645 referente a pagamentos do REFIS, que está em homologação pela Receita Federal do Brasil (RFB).

- (1) A controlada CEMAR possui créditos de ICMS baseados na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, segundo a qual a controlada e controladas em conjunto vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.
- (2) Na CEMAR, o PIS e a COFINS a compensar decorre do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, respectivamente. Ressalta-se que os valores do PIS e da COFINS a compensar constantes do ativo não circulante referem-se à exclusão do ICMS e ISS da base de cálculo das referidas contribuições sociais, conforme mandados de segurança nº 2006.37.00.005574-3 e 2008.37.00.004357-1, respectivamente.
- (3) Na controlada CEMAR o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações mensais por estimativas ou balancetes de suspensão, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e refere-se a créditos fiscais a compensar provenientes de restituições de aplicações financeiras e órgãos públicos.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Impostos de renda e contribuição social diferidos

A administração reconheceu o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas considerando as projeções de lucro tributável da CEMAR, elaboradas por sua Administração que indicam que esse ativo será realizado em menos de 10 anos. Estes créditos fiscais diferidos não possuem prazo de prescrição para a sua recuperação.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante da Companhia, considerando a expectativa de sua realização, determinado com base nas projeções dos resultados futuros da Companhia, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis.

a. Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	30.09.2010	31.12.2009
Ativo - não circulante		
IRPJ e CSLL base negativa	217.485	218.941
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	3.865	258
TOTAL	221.350	219.199

b. Expectativa de recuperação

A controlada CEMAR, por orientação de sua Administração, efetuou análise dos seus prejuízos fiscais, acumulados nos anos calendários de 1990 a 2005, tomando por base as Declarações de Imposto de Renda Pessoas Jurídica - DIPJ e o Livro de Apuração de Lucro Real - LALUR, submetendo a análise de especialista tributário. Como resultado, em 30 de junho de 2009, foi reconhecido no balanço patrimonial um crédito adicional de R\$ 27.415 a título de complemento do ativo fiscal diferido. A expectativa de recuperação desses créditos fiscais está em observância aos limites de projeções de resultado da CEMAR.

Expectativa de Realização	2010	2011	2012	2013	2014	2015 a 2018	Total
Imposto Diferidos	57.411	17.245	18.309	16.011	21.404	90.970	221.350

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Com base nos estudos técnicos de viabilidade que indicam a plena recuperação dos valores dos impostos diferidos, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais de R\$221.350 possa ser feita até 2018, deste valor em 2011 há expectativa de realização de R\$57.411 a serem compensados no parcelamento determinado pela a Lei nº 11.941 com o REFIS IV.

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais sobre o resultado da controladora e do consolidado, da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) debitada em resultado, nos trimestres de 2010 e 2009, é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2010	30.09.2009	30.09.2010	30.09.2009
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e CS (LAIR)	150.605	84.724	432.700	66.367
Resultado de Operações Descontinuadas	(38.996)	(38.996)	(38.996)	-
Participação nos Lucros	(1.350)	(900)	(14.697)	(6.465)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e CS (LAIR)	<u>110.259</u>	<u>44.828</u>	<u>379.007</u>	<u>59.902</u>
Alíquota combinada de imposto de renda e CS	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IR e CS às alíquotas pela legislação vigente	<u>(37.488)</u>	<u>(15.242)</u>	<u>(128.862)</u>	<u>(20.367)</u>
Efeito de IR e CS s/ as adições e exclusões permanentes	-	-	9.605	10.571
Efeito de IR e CS s/ equivalência patrimonial	36.923	14.820	36.923	(7.107)
Dif. entre as Bases de cálculo - IR e CS	-	-	936	434
Comp. de prej. fiscal - 30% - não reconhecida no resultado	-	-	(1.424)	(1.424)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02 - Light S.A.	-	-	7.212	7.212
Incentivos fiscais	-	-	40.489	25.128
Ajuste Incentivos fiscais anos exercicios	-	-	(4.640)	(4.642)
Imposto de renda e CS no resultado	<u>(565)</u>	<u>(422)</u>	<u>(39.761)</u>	<u>9.806</u>
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(565)	(422)	(28.380)	(28.259)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	(11.380)	12.776
	<u>(565)</u>	<u>(422)</u>	<u>(39.760)</u>	<u>(15.483)</u>

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2010 e 30 de junho 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas partes relacionadas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

Empresas	Ref.	Natureza da operação	30.09.2010			31.12.2009		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ELETROBRÁS	(a)	Empréstimo	-	414.575	17.905	-	411.138	20.391
		Dividendos	-	135	-	-	11.259	-
FASCEMAR	(b)	Empréstimo	-	24.506	2.326	-	26.071	2.919
		Previdência Privada	-	-	1.287	-	-	1.630
CEMAR	(c)	Contrato de compartilhamento	-	2.723	-	-	1.458	-
		Dividendos	-	-	-	-	21.847	-
LIGHT	(d)	Compra de energia uso da rede	-	286	57.337	-	1.107	9.273
		Dividendos	-	-	-	-	1	9

- (a) Os valores com a ELETROBRÁS são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos com a Controlada CEMAR. Os contratos de empréstimos com a ELETROBRÁS são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil, nota explicativa nº 16.
- (b) Os valores com a FASCEMAR são provenientes de empréstimos e das contribuições da patrocinadora CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar - FASCEMAR. Os contratos de empréstimos estão descritos na nota explicativa nº 16 e as condições do plano de previdência da CEMAR com a FASCEMAR estão evidenciadas nota explicativa nº 0.
- (c) Os valores entre Controlada CEMAR e sua Controladora Equatorial são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e de dividendos a receber.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

(d) Os valores com a Light Serviços de Eletricidade S.A (Light) são provenientes dos contratos de compra de energia elétrica com a CEMAR, que são pactuados em condições normais de mercado, com vigência: produto CCEAR 2005 nº320-2004 até 2012 e produto CCEAR 2006 nº705-2004 e 21767 até 2013.

A parte controladora final do grupo é PCP Latin America Power S.A.

A remuneração total dos administradores da controladora nos trimestres findos em 30 de setembro de 2010 está descrita abaixo:

(i) Política de Remuneração do Conselho de Administração, diretoria, Conselho Fiscal.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010.

Conselho de Administração

Remuneração fixa: 100%

Diretoria

Remuneração fixa: 10%

Remuneração variável: 90%

Conselho Fiscal

Remuneração fixa: 100%

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela companhia no trimestre findo em 30 de setembro de 2010:

30.09.2010	Equatorial		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	10	4	14
Remuneração Fixa Anual	725	637	1.362
Salário ou Pró-labore	725	637	1.362
Remuneração variável	-	5.613	5.613
Bônus	-	5.613	5.613
Remuneração baseada em ações	-	5.481	5.481
Valor total da remuneração por órgão	725	11.731	12.455

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Equatorial Energia S.A., controladora da CEMAR, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor de financiamento	% DO Aval	Início	Término	Valor liberado	Saldo no 3º TR11C
3ª Emissão Pública de Debêntures	267.30C	10C	01/03/2007	01/03/2013	267.30C	269.57C
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (40/00221-7)	4C	10C	20/04/200C	15/05/2013	4C	7
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (40/00222-5)	388	10C	07/07/200C	15/05/2013	388	58
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	77C	10C	25/03/201C	15/10/2015	77C	78C
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	24.811	10C	17/08/201C	15/04/202C	2.91C	2.927
Banco de Desenvolvimento do Nordeste - BNDES (106607040004100)	28.481	10C	10/04/2007	15/02/2012	28.481	11.117
Banco de Desenvolvimento do Nordeste - BNDES (10/473589-0)	79.663	10C	11/03/2008	15/07/2013	79.651	57.207
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2007.4165.2386)	136.07C	10C	23/11/2005	28/02/2017	136.07C	102.597
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	9.652	10C	06/12/2007	06/12/2012	9.652	5.464
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	144.935	10C	05/02/2005	05/02/2021	135.80C	137.82C
International Finance Corporation - IFC *	2.637	10C	13/06/200C	30/06/2013	2.35C	1.557
	<u>135.05C</u>	5C	01/02/2008	15/01/201C	<u>135.05C</u>	<u>116.947</u>
Total	<u>829.82C</u>				<u>798.501</u>	<u>706.067</u>

* Limite de exposição de US\$40.000.000,00

12 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e controlada em conjunto seguem abaixo:

Avaliados por equivalência patrimonial:	Controladora		Consolidado	
	31.03.2010	31.12.2009	31.03.2010	31.12.2009
CEMAR	824.403	694.194	-	-
Geradora de Energia do Norte	48.209	44.416	-	-
Equatorial Soluções	1.151	186	-	-
Subtotal	873.763	738.796	-	-
Outros investimentos	-	-	221	221
Subtotal	-	-	221	221
Total	873.763	738.796	221	221

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

a. Informações sobre as companhias Controladas e controlada em conjunto

	<u>CEMAR</u>	<u>GERAMAR</u>	<u>EQUATORIAL SOLUÇÕES</u>
Saldos em 31.12.2009			
Participação no capital (%)	65,12%	25,00%	100,00%
Capital social	310.278	88.020	1
Patrimônio líquido	709.213	134.020	186
Resultado do período	219.631	-	186
Saldos em 30.09.2010			
Participação no capital (%)	65,12%	25,00%	100,00%
Capital social	374.346	139.039	98
Patrimônio líquido	916.626	149.752	1.151
Resultado do período	231.822	15.731	1.053

b. Movimentação dos Investimentos em Controladas e controladas em conjunto

	<u>CEMAR</u>	<u>Geramar</u>	<u>Equatorial soluções</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2009	694,887	43.722	186	738.795
Resultado da equivalência patrimonial	136.953	5.047	965	142.965
Amortização ágio	(7.885)			(7.885)
Perda/ganho de capital	(112)			(112)
Saldo em 30.09.2010	<u>823.843</u>	<u>48.769</u>	<u>1.151</u>	<u>873.763</u>

13 Ativo indenizável (Concessão)

A CEMAR registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	30.09.2010			31.12.2009		
	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à concessão	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à concessão	Valor líquido
Em Serviço	143.974	(102.585)	41.389	129.120	(95.718)	33.402
Total	143.974	(102.585)	41.389	129.120	(95.718)	33.402

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

	31.12.2009	Baixas	Capitalização	30.09.2010
Ativo Financeiro	129.120	(1.203)	16.057	143.974
Obrigações Especiais	(95.718)	-	(6.867)	(102.585)
Ativo financeiro	33.402	(1.203)	9.190	41.389

A concessão da CEMAR não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

14 Intangível

Por atividade, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação(%)	30.09.2010				31.12.2009			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor Líquido	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor Líquido
Em Serviço	4,00%	2.672.033	(849.172)	(604.248)	1.218.613	2.371.042	(762.327)	(594.862)	1.013.853
Em Curso	0%	319.355	-	(235.680)	83.675	363.951	-	(138.533)	225.418
Total		2.991.388	(849.172)	(839.928)	1.302.288	2.734.993	(762.327)	(733.395)	1.239.271

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

O ativo intangível do Grupo é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infra-estrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão. Em 30 de setembro de 2010, o montante de bens da infra-estrutura de concessão destinados à alienação foi de R\$522 (R\$608 em 31 de dezembro de 2009).

a. Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está representado por obras em andamento, materiais em depósito, compras em andamento e adiantamento a fornecedores, referentes à infra-estrutura da concessão, nos montantes de R\$285.806, R\$53.669, R\$0 e R\$1.687, respectivamente (R\$290.202, R\$54.145, R\$6.625 e R\$1.748, respectivamente em 31 de dezembro de 2009).

	31.03.2010	31.12.2009
Obras em andamento	285.806	301.429
Materiais em depósito	53.669	54.145
Compras em andamento	-	6.625
Adiantamento a fornecedores	<u>1.687</u>	<u>1.748</u>
	<u>341.162</u>	<u>363.947</u>

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$41.755 (R\$40.323 em 31 de dezembro de 2009), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e se refere principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Foi constituída uma provisão para perdas referente aos itens sem movimentação há mais de 180 dias, cujo saldo em 30 de setembro de 2010 é de R\$3.358 (R\$2.759 em 31 de dezembro de 2009). O saldo do intangível em curso está apresentado líquido dessa provisão.

b. Amortização

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2010	31.12.2010	30.09.2010	31.12.2010
Circulante				
Encargos de uso da rede elétrica (a)	-	-	15.291	17.243
Energia livre - ressarcimento às geradoras (b)	-	-	282	261
Leilões de energia (c)	-	-	57.985	49.467
Outros	5.131	149	13.021	16.236
Total	5.131	149	86.579	83.207
Materiais e serviços	-	-	88.185	99.857
Total	5.131	149	174.764	183.064

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

a. *Suprimento de energia e encargos de conexão CEMAR*

Conforme o Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, que integra a nova legislação que regulamenta o setor elétrico, a CEMAR negociou novos contratos para a Compra de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, conforme descrito a seguir:

Energia contratada	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Produto 2005/2012	2.922.632	2.922.632	2.930.639	-	-	-	-
Produto 2006/2013	1.110.517	1.110.517	1.113.560	1.110.517	-	-	-
Produto 2007/2014	405.307	405.307	406.418	405.307	405.307	-	-
Produto 2008/2015	212.463	212.463	213.046	212.463	212.463	212.463	-
PROINFA	101.504	101.987	101.987	101.987	101.987	101.987	101.987
MCS D	97.814	96.257	95.705	20.107	10.934	7.961	7.982
Nova 2008/2022/2037	25.534	25.579	25.649	25.579	25.579	25.579	25.579
Nova 2009/2023/2038	99.694	99.694	99.967	99.694	99.694	99.694	99.587
Nova 2010/2024/2039	369.847	369.847	370.860	369.847	369.847	369.847	369.847
Leilão A-3	219.473	221.594	222.202	221.594	221.594	221.594	222.202
Leilão Fonte Alternativa	3.888	3.888	3.899	3.888	3.888	3.888	3.899
Leilão A-3 (2007)	56.940	55.937	56.091	55.937	55.937	55.937	56.091
Leilão A-3 (2008)	-	117.471	117.793	117.471	117.471	117.471	117.793
Leilão A-5 (2006)	-	162.591	163.037	162.591	162.591	162.591	162.591
Leilão A-5 (2007)	-	-	438.322	437.124	437.124	437.124	437.124
Leilão Santo Antonio	-	-	905	81.259	206.907	310.304	310.304
Leilão Jirau	-	-	-	68.187	127.279	178.163	212.269
Leilão A-5 (2008)	-	-	-	453.617	454.860	453.617	454.860
Leilão A-1	16.194	16.194	16.238	16.194	16.194	-	-
Leilão de ajuste	-	-	-	-	-	-	-
Total - MWh	<u>5.641.807</u>	<u>5.921.958</u>	<u>6.376.318</u>	<u>3.963.363</u>	<u>3.029.656</u>	<u>2.758.220</u>	<u>2.582.115</u>

b. *Energia Livre - Ressarcimento às Geradoras*

A ANEEL aprovou em reunião de Diretoria, de 15 de dezembro de 2009, a metodologia e os procedimentos para o cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita de geradores e distribuidores após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) nas tarifas de fornecimento. Entretanto, a Resolução nº 387, de 15 de dezembro de 2009, publicada em 12 de janeiro de 2010, concluiu o processo de cálculo dos saldos finais de Perda de Receita e de Energia Livre e definiu os valores de ressarcimento entre os agentes, calculados pelas empresas, que serão validados pela Agência.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

c. Encargo de uso da rede elétrica CEMAR

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e com o Operador Nacional do Sistema - ONS, órgão criado para conduzir o planejamento e a operação do sistema elétrico brasileiro, os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, devido a interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

16 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado				Consolidado			
	30.09.2010				31.12.2009			
	Circulante		Não circulante		Circulante	Não circulante	Total	
Principal e encargos	Custos de captação a apropriar (*)	Principal e encargos	Custos de captação a apropriar	Principal e encargos	Principal e encargos	Total		
Moeda Estrangeira								
Tesouro Nacional	865	-	7.782	-	8.647	790	8.325	9.115
	865	-	7.782	-	8.647	790	8.325	9.115
Moeda Nacional								
Eletrobrás	42.085	-	372.648	-	414.733	50.812	360.325	411.137
IFC	23.447	(266)	93.500	(1.147)	115.534	26.360	112.931	139.291
BNB	23.259	(266)	222.631	(1.638)	243.986	28.622	236.444	265.066
BNDES	28.193	(3)	40.131	(7)	68.314	28.296	61.069	89.365
FINEP	569	(5)	987	(8)	1.543	566	1.400	1.966
FINAME	84	-	3.692	-	3.776	98	40	138
Banco ITAU BBA	29.126	-	-	-	29.126	41.583	-	41.583
Votorantim	29.175	-	-	-	29.175	41.732	-	41.732
Banco ABC	7.000	-	-	-	7.000	-	-	-
Divida com a FASCEMAR	5.446	-	19.060	-	24.506	4.966	21.105	26.071
Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Consolidado			Consolidado				
	30.09.2010			31.12.2009				
	Circulante		Não circulante		Circulante	Não circulante		
	Principal e encargos	Custos de captação a apropriar (*)	Principal e encargos	Custos de captação a apropriar	Principal e encargos	Principal e encargos		
						Total		
	188.384	(540)	752.649	(2.800)	937.693	223.035	793.314	1.016.349
Total de empréstimos e financiamentos	189.249	(540)	760.431	(2.800)	946.340	223.825	801.639	1.025.464
Debêntures	55.735	-	258.124	-	313.859	7.814	267.300	275.114
Total Líquido	244.984	(540)	1.018.555	(2.800)	1.260.199	231.639	1.068.939	1.300.578

(*) Em atendimento a Deliberação nº 556, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 08, a Companhia apropriou os custos referentes à captação dos empréstimos a partir de 2008, no resultado em função de influência do prazo, com base no método do custo amortizado.

a. Covenants

A controlada CEMAR possui empréstimos e financiamentos (BNDES, IFC e 3ª emissão de Debêntures) que prevêem a manutenção de indicadores de endividamentos e cobertura dos juros. No exercício findo em 30 de setembro de 2010 a CEMAR atingiu todos os indicadores requeridos contratualmente.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

b. Escalonamento das parcelas de empréstimo, financiamentos e debêntures vencíveis no circulante e não circulante (inclui custos de captação)

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

	Consolidado					
	30.09.2010			31.12.2009		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2010	865	243.579	244.444	790	230.849	231.639
Total circulante	865	243.579	244.444	790	230.849	231.639
2011	342	31.383	31.725	702	170.140	170.842
2012	504	174.163	174.667	516	166.731	167.247
2013	323	286.639	286.962	331	278.544	278.875
2014	161	110.417	110.578	165	102.005	102.170
2015	-	105.872	105.872	-	97.814	97.814
após 2015	6.452	299.499	305.951	6.611	245.380	251.991
Total não circulante	7.782	1.007.973	1.015.755	8.325	1.060.614	1.068.939
Total	8.647	1.251.552	1.260.199	9.115	1.291.463	1.300.578

c. Demonstrativo das dívidas (não contempla os custos de captação a amortizar)

Financiador	Data de assinatura	Moeda/Índice	Taxa de juros	30.09.2010	31.12.2009
TN - Discount Bond	15/4/1994	US\$	US\$ + (Liber/Sem + 13/16% a. a.)	2.670	2.726
TN - Par Bond	15/4/1994	US\$	US\$ + 6% a. a.	3.908	3.944
TN - C. Bond	15/4/1994	US\$	US\$ + 8% a. a.	1.340	1.515
TN - Debit. Conv. Bond	15/4/1994	US\$	US\$ + (Liber/Sem + 7/8% a. a.)	729	930
				8.647	9.115
Moeda estrangeira					
BNB - NOVA SEDE	6/12/2007	REAL	8,50% a. a.	5.464	7.287
BNB I	23/11/2005	REAL	8,50% a. a.	102.597	116.515
BNB II	5/2/2009	REAL	8,50% a. a.	137.828	137.458
BNB Giro	2/9/2009	REAL	13,35% a.a.	-	5.909
BNDES - FINAME PSI	15/4/2010	REAL	4,5% a.a.	3.711	-
BNDES - FINEN I	10/4/2007	TJLP	TJLP + 4,8% a.a.	11.117	17.007
BNDES - FINEN II	11/3/2008	TJLP	TJLP + 3,6% a.a.	57.207	72.369
Debêntures 3ª emissão	1/3/2007	CDI	105,8% CDI	269.575	275.114
ELETROBRÁS	27/4/2004	Diversas	Diversas	414.734	411.138
FASCEMAR	20/4/2001	CDI	102% do CDI	24.506	26.071

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Financiador	Data de assinatura	Moeda/ Índice	Taxa de juros	30.09.2010	31.12.2009
FINAME	20/4/2006	TJLP	TJLP + 9,5% a. a.	65	139
FINEP	13/6/2006	TJLP	TJLP + 2% a. a.	1.557	1.982
IFC	1/2/2008	CDI	90,9% do CDI + 1,5% a.a.	116.947	140.900
Banco ABC		CDI		7.000	-
Debêntures		TJLP		44.283	-
Itaú BBA	1/9/2009	CDI		29.126	41.583
Votorantim	Diversas	CDI		29.175	41.732
Moeda nacional				1.254.892	1.295.204
Total geral (sem os custos de captação a amortizar)				1.263.539	1.304.319
Custo de captação a amortizar				(3.340)	(3.741)
Total geral (com os custos de captação)				1.260.199	1.300.578
Circulante				244.444	231.639
Não circulante				1.015.755	1.068.939

d. Programa de Universalização de Acesso e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural

A ANEEL, por meio da Resolução nº 223, de 29 de abril de 2003, alterada pelas Resoluções nº 52, de 25 de março de 2004, e nº 175, de 28 de novembro de 2005 estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou a prioridade do atendimento aos municípios dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 KW), com carga instalada de até 50 KW.

Desde o início do programa em 2004, a CEMAR investiu R\$1.145.475 (R\$ 978.378 até 31 de dezembro de 2009) referentes ao Programa de Universalização.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Programa Luz para Todos

O Decreto nº. 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Luz para Todos - PLPT, no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tinham acesso a esse serviço público. O programa é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia - MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em maio de 2004 foi firmado um Termo de Compromisso entre a União (Ministério das Minas e Energia), o Estado do Maranhão e a CEMAR com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa Luz para Todos, na área de concessão da Companhia, propiciando o atendimento de aproximadamente 286.500 novos consumidores no meio rural no período 2004-2010. Neste instrumento são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

A Portaria nº. 416 da ANEEL, de 31 de agosto de 2005, aprovou a 2ª Versão do Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades do Programa.

Os recursos da ELETROBRÁS são originários conforme demonstrado a seguir:

- O montante equivalente a até 13,33% do custo total das respectivas obras dos contratos mencionados acima no montante de até R\$1.204.539, excluindo as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos por meio dos recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, o qual corresponde à concessão de abertura de crédito, no valor de até R\$160.565; e
- O montante total equivalente a até 86,67% do custo total das respectivas obras, excluindo as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos por meio dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, o qual corresponde à concessão de um crédito no valor de até R\$1.043.974, a título de subvenção econômica, conforme a Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Desde o início do programa em 2004, a CEMAR já recebeu um total de R\$881.637, referentes a recursos da CDE, e R\$134.147, referentes a recursos da RGR, cuja abertura por contrato assinado é demonstrado no quadro a seguir:

Contrato	Parcela RGR	% RGR	Parcela CDE	% CDE	Total
ECFS 027/2004	13.437	13,33%	87.341	86,67%	100.778
ECFS 140/2006	23.512	13,33%	152.829	86,67%	176.341
ECFS 176/2007	37.204	13,33%	241.827	86,67%	279.031
ECFS 236/2008	40.632	13,33%	264.106	86,67%	304.738
ECFS 281/2008	19.362	12,50%	135.533	87,50%	154.895
Total	134.147	13,21%	881.636	86,79%	1.015.783

17 Debêntures

	Consolidado							
	30/09/2010				31.12.2009			
	Circulante		Não circulante		Circulante	Não circulante		
Principal e Encargos	Custos de captação a apropriar	Principal e Encargos	Custos de captação a apropriar	Total	Principal e Encargos	Principal e Encargos	Total	
Debêntures	<u>55.735</u>	<u>-</u>	<u>258.124</u>	<u>-</u>	<u>313.859</u>	<u>7.814</u>	<u>267.300</u>	<u>275.114</u>

Terceira emissão de debêntures - CEMAR

Em 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$267.300, destinaram-se, prioritariamente, para o pré-pagamento das dívidas existentes que apresentavam condições mais onerosas para a Controlada e, os recursos excedentes, para implementação do programa de investimentos da Companhia. Em 30 de setembro de 2010 a taxa dessa operação é de 9,78% do CDI. Em 30 de setembro de 2010, as debêntures no longo prazo representam o montante de R\$213.840, e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Vencimentos	Valor
2012	53.460
2013	<u>160.380</u>
Total	<u><u>213.840</u></u>

Debêntures Geradora de Energia do Norte

O financiamento na modalidade FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, gerido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia no valor total de R\$ 334.057 foi assinado em 23 de novembro de 2009. É corrigido pela TJLP, acrescido de 0,85% a.a. mais 0,15% de del credere, com amortização prevista em 180 meses. Até 30 de setembro de 2010, daquele montante, foram liberados R\$ 171.031, através da emissão de 171.031.408 debêntures.

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória por fiança, conversíveis em ações preferenciais ou ordinárias, caso haja manifestação desta opção nos vencimentos das parcelas semestrais por parte da SUDAM, limitada a 15% de cada parcela programada. Esse financiamento também está garantido por acionistas, pelo penhor da Usina e pelos direitos de crédito dos CCEAR.

Em 30 de setembro de 2010, as debêntures no longo prazo representam o montante de R\$44.284, e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	Valor
2011	2.620
2012	2.620
2013	2.620
2014	2.620
2015	2.620
2016	2.620
após 2016	<u>28.564</u>
Total	<u><u>44.284</u></u>

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	Passivo		Passivo	
	30.09.2010	31.12.2009	30.09.2010	31.12.2009
Circulante				
Impostos sobre o lucro				
IRRF	-	2	-	3
Provisão de IRPJ/CSL	643	77	27.890	568
	643	79	27.890	571
Impostos a recuperar				
ICMS (f)	-	-	24.452	18.373
PIS/COFINS	48	-	8.798	6.877
REFIS/PAES	-	-	1.128	1
Encargos Sociais e Outros	-	42	4.502	1.170
IRRF sobre JCP	960	960	960	5.425
Outros	64	7	2.037	1.379
	1.072	1.009	41.877	33.225
	1.715	1.088	69.767	33.796
Total				
Não circulante				
Parcelamento - Lei 11.941/09	-	-	565	-
Outros	-	-	83.536	83.536
	-	-	758	694
	-	-	84.859	84.230
IRPJ/CSLL diferido				
Base negativa	-	-	68.853	51.903
	-	-	153.712	136.133

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

a. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

	30.09.2010	31.12.2009
Passivo circulante	1.129	1.129
Passivo não circulante	<u>83.536</u>	<u>83.536</u>
Total	<u>84.665</u>	<u>84.665</u>

Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em 28 de novembro de 2009, a CEMAR formalizou sua adesão ao parcelamento de que trata o art. 1º da Lei nº 11.941/2009 importando a desistência compulsória e definitiva do Parcelamento Especial - PAES. Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo remanescente dos débitos consolidados do Parcelamento Especial - PAES será parcelado em até 180 meses. A consolidação de tais débitos está pendente de conclusão pela Receita Federal do Brasil RFB.

Os principais benefícios desta adesão ao novo REFIS foram a redução de juros e multas, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado.

Os pagamentos do REFIS no valor de R\$2.742, estão sendo contabilizados na conta de outros impostos a recuperar até que seja homologado a consolidação dos débitos inclusos no parcelamento.

19 Provisão para contingências

A CEMAR é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza da Ação	Consolidado					
	30.09.2010			31.12.2009		
	Valor das causas	Depósitos Judiciais	Provisão Líquida	Valor das causas	Depósitos Judiciais	Provisão Líquida
Cíveis e Tributárias	29.080	12.506	16.574	92.476	73.240	19.236
Trabalhistas	12.110	26.088	(13.978)	8.637	22.688	(14.051)
Regulatória	4.440	-	4.440	2.939	-	2.939
	<u>45.630</u>	<u>38.594</u>	<u>7.036</u>	<u>104.052</u>	<u>95.928</u>	<u>8.124</u>
Circulante	16.366	13.687	2.679	15.203	11.887	3.316
Não Circulante	29.264	24.907	4.357	88.849	84.041	4.808
	<u>45.630</u>	<u>38.594</u>	<u>7.036</u>	<u>104.052</u>	<u>95.928</u>	<u>8.124</u>

As contingências passivas estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais, porém, não necessariamente todos os depósitos judiciais estão relacionados a demandas passivas, por ser resultado de causas ativas por parte da CEMAR.

Movimentação dos processos no exercício

	31.12.2009	30.09.2010		Saldo final
	Saldo Inicial	Adição a provisão	Utilização (1)	
Cíveis e Tributárias	92.476	4.339	(67.735)	29.080
Trabalhistas	8.637	6.649	(3.176)	12.110
Regulatórias	2.939	1.501	-	4.440
	<u>104.052</u>	<u>12.489</u>	<u>(70.911)</u>	<u>45.630</u>

- (1) Gastos efetivos de contingências judiciais.
- (2) Reversões realizados no exercício.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Trabalhistas

Representada por ações movidas por ex-empregados contra a CEMAR, envolvendo a cobrança de horas-extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis e tributárias

A principal contingência informada no último trimestre R\$15.894, que correspondia a duas demandas específicas, sendo uma ação de Prestação de Contas e outra indenizatória, ambas decorrentes do convênio para cobrança da antiga Taxa de Iluminação Pública - TIP, as quais foram ajuizadas pelo município de São Luís contra a CEMAR, teve a sua probabilidade de perda alterada tendo em vista a procedência, à unanimidade, de uma das ações rescisórias no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão ajuizadas pela Companhia para rescindir um dos pagamentos em questão. Tal reversão se deu inobstante a interposição de Recurso Especial pelo Município de São Luís. A outra ação rescisória, ajuizada contra decisão proferida na ação de prestação de contas, não sofreu alteração significativa nos últimos três meses.

Com essa alteração no *status* das ações rescisórias mencionadas acima, o valor provisionado como contingência individual mais representativa, corresponde à uma ação indenizatória decorrente de acidente com a rede distribuição que remonta a período anterior à privatização (1989), o qual ocasionou a mutilação de membros de um consumidor menor impúbere. O valor provisionado compreende a condenação por danos materiais e morais, além de pensionamento no valor de 1 salário mínimo até que o consumidor venha a completar 65 anos, já compreendendo também a atualização monetária e juros. Iniciada a fase executória, a CEMAR realizou acordo com o demandante para pagamento parcelado do valor total da execução, estando o referido acordo em fase de cumprimento.

Além dos acréscimos ordinários de provisão, foi adicionado ao valor contingenciado os valores referentes à atualização monetária das provisões judiciais da Companhia, pelo que, as suas demonstrações financeiras contemplam provisão de R\$32.540 (R\$30.629 em 30 de junho de 2009).

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação do Departamento Jurídico da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível e remota, nos montantes de R\$51.112 e R\$14.866, respectivamente (R\$47.338 e R\$15.241 respectivamente; respectivamente em 31 de dezembro de 2009) para as quais não foi constituída provisão.

A CEMAR está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A CEMAR considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Regulatórias

No período de 22 de setembro de 2009 a 3 de outubro de 2009 a ANEEL/SFE empreendeu fiscalização de Qualidade (Técnica/Comercial). A Fiscalização resultou no ao TN nº 015/2009-SFE/ANEEL e no AI nº 108/2009-SFE/ANEEL, o qual estabeleceu uma multa no valor de R\$1.797. O valor da multa foi provisionado em dezembro de 2009.

Adicionalmente, desde junho/2010 a CCEE iniciou o processo de apuração de penalidades por problemas de medição de fronteira. Tendo em vista dificuldades diversas associadas com os pontos de medição em Presidente Dutra, a CEMAR recebeu os termos de notificação TN 627/2010 CCEE, TN 853/2010 CCEE e TN 1026/2010 CCEE, referentes a problemas nos meses de junho, julho e agosto de 2010, respectivamente. O valor total das multas, já provisionados, é de R\$1.284 (valor original). A CEMAR apresentou sua defesa para a situação que motivou as penalidades, e a CCEE suspendeu a cobrança das multas para avaliar a questão. Assim, a CEMAR aguarda a decisão final por parte da CCEE.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

20 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	Consolidado	
	30.09.2010	31.12.2009
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	29.503	450
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	13.187	225
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.266	9.189
Programa de Eficiência Energética - PEE	2.530	23.898
Total	46.486	33.762
Circulante	29.862	17.138
Não circulante	16.624	16.624

Referem-se aos valores devidos e ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico - P&D, apurado nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 219, de 11 de abril de 2006 e no Programa de Eficiência Energética - PEE, apurado nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, alterada pela Resolução Normativa da ANEEL nº 215, de 28 de março de 2006. Os respectivos valores foram contabilizados no resultado.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2010 representa R\$566.831 (R\$907.485 em 31 de dezembro de 2009) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	ON	%
PCP Latin America Power S/A	58.671.559	54,08%
Squadra Investimentos	5.725.240	5,28%
Minoritários	44.084.029	40,64%
Total	108.480.828	100,00%

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, tendo exclusivamente ações ordinárias em sua base acionária e garantindo 100% da “Tag Along” aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

Alteração na participação societária da Equatorial

Em 8 de abril de 2009, foram subscritas 17.250 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.817.876 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 4 de junho de 2009, foram subscritas 41.229 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.859.105 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de agosto de 2009, foram subscritas 21.400 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.880.505 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 1º de dezembro de 2009, foram subscritas 2.525 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.883.030 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 4 de janeiro de 2010, foram subscritas 2.098.244 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 107.981.274 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em 4 de março de 2010, foram subscritas 499.554 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 108.480.828 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Planos de opção de compra de ações

As informações apresentadas nesta seção estão ajustadas em função da conversão e grupamento das ações da Companhia implementados em 7 de abril de 2008, para facilitar a compreensão das mesmas. Nesta data, o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.573 mil ações ordinárias, após a conversão de uma ação preferencial em uma ação ordinária e, subsequentemente, grupamento de três ações ordinárias em uma ação da mesma classe.

Primeiro plano de opção de compra de ações

Em 2 de fevereiro de 2006, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, e re-ratificado em 13 de fevereiro de 2006, o Plano de Opção de Compra de Ações da Equatorial (Plano), para administradores e empregados da Companhia e das empresas sob o seu controle, contendo dois programas - os Programas 1 e 2 de Opção de Compra de Ações da Companhia. Este plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração da Companhia.

Os beneficiários habilitados a participar do Plano são administradores e empregados da Companhia e sociedades sob seu controle e deverão ser escolhidos pelo Comitê de Administração do Plano.

Programa 1 de Opção de Compra de Ações EQUATORIAL (“Programa 1”)

O Programa 1, que contemplava opções para subscrição de 2.934 mil ações ordinárias (equivalentes a 2.934 mil ações ordinárias e 5.868 ações preferenciais antes da conversão e grupamento mencionados no 1º parágrafo da nota). Desde maio de 2008, todas as ações sob este Programa foram subscritas por seus beneficiários, não havendo mais saldo para novas subscrições.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Programa 2 de Opção de Compra de Ações EQUATORIAL (“Programa 2”)

O Programa 2 contempla opções para a subscrição de 2.060 mil ações ordinárias (2.060 mil ações ordinárias e 4.120 mil ações preferenciais, originalmente antes da conversão e grupamento) de emissão da Equatorial. Na integralização das ações adquiridas ou subscritas no âmbito do Programa 2, os beneficiários deverão usar única e exclusivamente as ações subscritas ou adquiridas ao amparo do Plano CEMAR. O preço de subscrição das ações previsto neste Programa será igual ao preço médio das ações ordinárias da Companhia negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) nos 30 (trinta) dias anteriores a data de exercício das respectivas opções.

Não tendo havido mais subscrições no âmbito do Programa, em 30 de setembro de 2010, o saldo de opções de ações a serem subscritas sob o Programa 2, era de 626 mil ações ordinárias, já considerando o grupamento mencionado, com data inicial de exercício em 31 de janeiro de 2009 e data final em 31 de janeiro de 2011.

De acordo com o Plano, o beneficiário de ações que tenham sido subscritas ou adquiridas ao amparo do Plano, somente poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia, uma vez oferecido à Companhia o direito de preferência para aquisição das mesmas. O direito de preferência da Companhia deverá ser exercido, se assim o desejar, para aquisição de 100% (cem por cento) das Ações ofertadas pelo Beneficiário, obrigando-se irrevogavelmente o referido titular a vendê-las à Companhia pelo preço de subscrição definido na forma acima, corrigido pelo IGP-M/FGV, desde a data da subscrição até a data do pagamento do preço das ações, ainda que haja outro comprador oferecendo um preço mais vantajoso.

Segundo plano de opção de compra de ações

Em 5 de abril de 2007, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a criação de um Plano de Opção de Compra de Ações da Equatorial, para administradores e empregados da Companhia e das sociedades sob o seu controle, que deverão ser escolhidos pelo Comitê de Administração do Plano.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os beneficiários deverão utilizar pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor da Participação nos Lucros, Bônus de Desempenho ou qualquer outra modalidade de remuneração variável anual (“PL”) a que fizerem jus, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes, na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida. Adicionalmente, os beneficiários deverão utilizar a totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos, relativos às ações de sua propriedade adquiridas no âmbito do Plano na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida.

O titular das ações somente poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente inscritas ou adquiridas ao amparo do Plano após o decurso do prazo de 02 anos a contar da data de aprovação do Plano pela Assembléia Geral de Acionistas.

Este Plano contempla opções de subscrição de 1.044 mil ações ordinárias (1.044 mil ações ordinárias e 2.088 mil ações preferenciais, originalmente, antes da conversão e grupamento) de emissão da Equatorial. Em 5 de abril de 2007, o preço destas ações a serem adquiridas ou inscritas pelos beneficiários em decorrência do exercício da opção foi determinado pelo Comitê em R\$15,00, (originalmente determinado em R\$5,00, preço equivalente 1/3 da 90% da média ponderada do preço das units da Companhia na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, nos 30 dias anteriores). Este preço será acrescido de correção monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pelo Comitê, na hipótese de o referido índice não estar mais disponível ou aplicável, na menor periodicidade admitida em lei, entre a data de assinatura e a data do efetivo exercício das opções.

Em 5 de março de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a extinção do Segundo Plano, tendo em vista que: i) em função do não cumprimento das condições de concessão especificadas no Segundo Plano, 692 mil opções outorgadas não poderão ser exercidas, e; ii) que as demais opções outorgadas no âmbito do Segundo Plano foram substituídas por opções outorgadas no âmbito do Terceiro Plano.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Terceiro plano de opções de ações

Foi aprovada, na Assembléia Geral Extraordinária (AGE) de 16 de outubro de 2008, a criação do Terceiro Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial (“Terceiro Plano”). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano representarão o máximo de 4.000 mil ações da Equatorial. Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia, dentro dos limites do capital autorizado previsto no Estatuto Social. Maiores detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que aprovou o mesmo, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

Os beneficiários deverão utilizar pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor da Participação nos Lucros, Bônus de Desempenho ou qualquer outra modalidade de remuneração variável anual (“PL”) a que fizerem jus, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes, na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida. Adicionalmente, os beneficiários deverão utilizar a totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos, relativos às ações de sua propriedade adquiridas no âmbito do Plano na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida.

Em 9 de fevereiro de 2009, o Comitê de Administração do Terceiro Plano outorgou 3.819 mil opções de compra de ações, das quais 163 mil foram subscritas na mesma data. Posteriormente, em 7 de maio de 2009, mais 181 mil opções foram outorgadas, complementando o valor máximo oferecido nos termos do Plano de 4.000 mil opções.

Em 8 de abril de 2009, mais 17 mil ações ordinárias foram subscritas, utilizando os recursos provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela Companhia relativos às ações de propriedade dos beneficiários adquiridas no âmbito do Plano, e de acordo com as suas cláusulas.

Novamente, em 4 e 8 de junho de 2009, utilizando os recursos provenientes de dividendos distribuídos pela Companhia, os beneficiários do Plano, subscreveram mais 41 mil ações ordinárias.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em 28 de agosto de 2009, foram subscritas mais 21 mil opções pelos beneficiários do Plano remanescendo um saldo a ser subscrito no âmbito do Plano de 3.758 mil opções em 30 de setembro de 2009.

Em 30 de novembro de 2009 mais 3 mil opções foram subscritas, devido ao pagamento da última parcela de dividendos relativos ao exercício de 2008.

Em 4 de janeiro e 1 de março de 2010, foram subscritas 2.098 mil e 500 mil ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, respectivamente. Essas subscrições fazem parte do 1º e 2º lotes outorgados no Plano.

Após essas subscrições, o saldo, em 30 de setembro de 2010 era de 1.156 ações ordinárias.

Resumidamente, as informações relativas ao terceiro plano de opções de compra de ações, o único vigente atualmente, estão apresentadas a seguir:

Em milhares de ações	Primeiro Plano		Segundo plano	Terceiro plano	Total
	Programa 1	Programa 2			
Total de ações outorgadas no plano	2.934	2.060	1.044	4.000	10.038
Opções exercidas até 30.09.2009	(2.934)	(1.434)	(38)	(201)	(4.607)
Cancelamentos e Transferências do 2º Plano para o 3º Plano	-	-	(1.006)	-	(1.006)
Saldo remanescente em 30.09.2009	-	626	-	3.799	4.425
Opções exercidas entre 01.10.2009 e 30/09/2010	-	-	-	(2.643)	(2.643)
Saldo remanescente em 30.09.2010	-	626	-	1.156	1.782

Potencial de diluição

De acordo com as regras de cada plano de opções de ações, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da Equatorial Energia S.A. equivalente a no máximo 1,6%.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Administração dos planos

Nos planos de opções de compra estão incluídas ações ordinárias representativas do capital social, a ser administrado por um comitê, formado por 3 membros do seu Conselho de Administração da Companhia. O Comitê possui poderes para estabelecer as normas apropriadas a respeito da concessão das opções, a cada ano, por meio de Programas de Opções de Ações.

22 Fornecimento e suprimento de energia elétrica

Em 30 de setembro de 2010 e 2009, a composição do fornecimento de energia elétrica, pelas suas classes de consumidores é a seguinte:

	Consolidado			
	MWh ⁽²⁾		R\$	
	30.09.2010	30.09.2009	30.09.2010	30.09.2009
Residencial	1.409.599	1.185.634	491.468	411.742
Industrial	315.155	278.307	93.529	81.819
Comércio, serviços e outras	602.093	516.128	229.000	200.800
Rural	110.229	90.878	26.604	22.783
Poder público	192.178	161.564	76.406	66.115
Iluminação pública	229.497	185.355	45.871	38.748
Serviço público	192.242	163.013	55.790	49.222
Consumo próprio	4.582	3.968	-	-
MAE e CEPISA	-	-	14.780	10.166
Baixa Renda	-	-	92.830	83.870
Outras	-	-	52.816	12.576
Receita de Construção	-	-	286.905	312.565
Fornecimento faturado	3.055.575	2.584.847	1.465.999	1.290.406
ICMS	-	-	210.372	177.592
Fornecimento não faturado	-	-	976	10.611
Total fornecimento	3.055.575	2.584.847	1.677.347	1.478.609
Total geral	3.055.575	2.584.847	1.677.347	1.478.609

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Nas linhas das classes acima foram excluídos os valores de ICMS e rendas não faturadas.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

23 Deduções da receita

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2010	30.09.2009	30.09.2010	30.09.2009
Receita operacional	856	456	1.677.348	1.478.609
Fornecimento de energia elétrica	-	-	1.322.845	1.143.302
Suprimento de energia elétrica	-	-	14.780	10.166
Receita de construção	-	-	286.905	312.565
Outras receitas	856	456	52.818	12.576
Deduções à receita operacional	(122)	(65)	(389.294)	(328.223)
ICMS sobre venda de energia elétrica	-	-	(213.419)	(177.389)
PIS e COFINS	(79)	(42)	(128.621)	(107.270)
Encargos do consumidor	-	-	(41.073)	(30.305)
Cota para RGR	-	-	(13.711)	(12.785)
ISS	(43)	(23)	(819)	(478)
Encargos de capacidade emergencial	-	-	13	4
RTE	-	-	8.336	-
Outros	-	-	-	-
Receita operacional líquida	734	391	1.288.054	1.150.386

24 Resultado operacional

As despesas operacionais têm a seguinte a composição por natureza de gasto:

Natureza do gasto	Controladora	
	30.09.2010	30.09.2009
Despesas administrativas	7.320	2.217
Pessoal e administradores	9.629	6.997
Outras	1.273	1.350
Resultado financeiro	(6.121)	(12.900)
Resultado de equivalência	(166.046)	(149.781)
Receitas e despesas não recorrentes	113	94
Total	153.832	(152.023)

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Natureza do Gasto	Consolidado				
	Custo do Serviço	Despesas operacionais		30.09.2010	30.09.2009
	Com Energia	Com Vendas	Gerais e Admin		
Natureza do Gasto					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	323.361	-	-	323.361	278.057
Custo de Construção	286.905	-	-	286.905	312.565
Pessoal e Administradores	14.174	13.016	42.026	69.216	43.154
Material	4.010	708	852	5.570	6.162
Serviço de Terceiros	27.467	42.674	42.013	112.154	78.486
Provisão p/Crédito de Liq. Duvidosa	-	(2.084)	-	(2.084)	6.719
Provisão para Contingências	-	-	5.270	5.270	3.268
Encargos de uso do sistema transmissão	61.007	-	-	61.007	59.113
Perda	-	27.224	-	27.224	11.783
Outras	647	(3.434)	21.314	18.527	19.219
Resultado Financeiro	-	-	33.557	33.557	1.639
Receitas e despesas não operacionais	-	-	7.149	7.149	12.946
Receita Equivalencia Patrimonial - Amortização Ágio	-	-	(166.046)	(9.655)	(43.155)
	<u>717.571</u>	<u>78.104</u>	<u>(13.865)</u>	<u>938.201</u>	<u>789.956</u>
Depreciação e amortização	63.199	-	8.013	71.212	79.225
Total	<u>780.770</u>	<u>78.104</u>	<u>(5.852)</u>	<u>1.009.413</u>	<u>869.181</u>

- (1) Referem-se às despesas com vendas (comerciais) e despesas com provisões para devedores duvidosos.
- (2) Referem-se ao resultado líquido de despesas administrativas, com pessoal e administradores, de provisão (reversão) para contingências, depreciação e amortização, outras despesas (receitas) operacionais.

25 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Consolidado	
	30.09.2010	30.09.2009
Numerador		
Lucro líquido do exercício (R\$mil)	154.000	193.539
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	108.480.828	105.880.505
Lucro básico e diluído por ação (RS)	1,41961	1,82790

Em 30 de setembro de 2010 e 2009 não há diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

26 Entidade de previdência privada

a. Características do Plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário - Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida, a partir de maio de 2006. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas em gozo do benefício em abril de 2006.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos Participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Em 30 de setembro de 2010, esse valor importou em R\$442 (R\$378 em 30 de setembro de 2009).

27 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Equatorial e pela Controlada CEMAR estão demonstrados a seguir:

- **EQUATORIAL:**

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada (R\$ mil)
Responsabilidade Civil - D&O	07/06/2011	10.000
Sede da Equatorial - RJ	22/04/2011	2.789

- **CEMAR:**

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada (R\$ mil)
Riscos nomeados - Subestações e estoques	01/01/2011	131.490
Responsabilidade civil geral - Operações	01/01/2011	7.000
Automóvel	01/02/2011	(a)

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A CEMAR adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial das informações trimestrais e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. A Companhia possui uma apólice de seguro de veículos. Especificamos acima o período que abrange o vencimento dessa apólice. Correspondem a 73 veículos, apresentados ao valor de mercado.

28 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: Caixa e equivalentes de caixa, Empréstimos e financiamentos, Obrigações com debêntures, Fornecedores, Ativos de concessão e Consumidores e Revendedores, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

b. Política de utilização de derivativos

A Equatorial não possui operações com derivativos, sendo possível, no entanto, sua utilização para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e cotações de moedas estrangeiras, se necessário.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

c. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 estão identificados a seguir:

Consolidado				
Ativo	30.09.2010		30.12.2009	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	444.710	444.710	440.507	440.507
Consumidores e revendedores	443.682	443.682	396.692	396.692
Ativo financeiro de concessão	41.389	41.389	33.402	33.402
Total ativos	929.781	929.781	870.601	870.601
Passivo	30.09.2010		30.12.2009	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	174.764	174.764	183.064	183.064
Empréstimos e financiamentos	946.340	949.680	1.025.464	1.029.205
Debêntures	313.859	313.859	275.114	275.114
Total passivo	1.434.963	1.438.303	1.483.642	1.487.383

- **Caixa e equivalentes de caixa** - são classificadas como ativos financeiros e não são mensuradas a valor justo. O valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial.
- **Consumidores e revendedores** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo Financeiro de Concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Debêntures** - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizadas pelo seu valor amortizado.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa do Grupo são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

O Grupo mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros do Grupo são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco. Desta forma classificamos todos os nossos investimentos financeiros como equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2010	31.12.2009	30.09.2010	31.12.2009
Numerários disponíveis	63	31	19.636	22.885
Investimentos Financeiros	<u>81.457</u>	<u>78.770</u>	<u>425.074</u>	<u>417.622</u>
Total	<u>81.520</u>	<u>78.801</u>	<u>444.710</u>	<u>440.507</u>

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Por ser uma holding, os principais riscos da Companhia estão relacionados ao desempenho das suas Controlada e controladas em conjunto. Conforme a Instrução nº 475 da CVM.

Os fatores de risco da controlada CEMAR foram detalhados conforme demonstrado abaixo:

Risco de crédito - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de Consumidores e revendedores constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negatização de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

Risco de liquidez - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 16 e 17.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Riscos de mercado – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas, taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos abaixo.

Risco Cambial - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da CEMAR ao câmbio é de 0,75% de sua dívida. A CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A CEMAR possui uma única dívida em moeda estrangeira, com baixa representatividade no endividamento global da Companhia, 0,75% de sua dívida, derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas 30 de setembro de 2010 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluimos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco de Variação Cambial						
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
PASSIVOS FINANCEIROS						
STN	USD	509	(1.653)	(3.815)	2.670	4.832
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 30.09.2010	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
Dolar USD/R\$		1,69	2,12	2,54	1,27	0,85

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Risco de vencimento antecipado - A CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 16 (Empréstimos e financiamentos) e nº 17 (Debêntures).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos Financeiros da CEMAR foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2010 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	9.264	11.580	13.896	6.948	4.632
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures						
ECF - 2034/00	FINEL	(759)	(794)	(828)	(725)	(690)
ECF - 1510/97	FINEL	(13)	(13)	(13)	(12)	(12)
ECF - 1639/97	FINEL	(125)	(129)	(134)	(120)	(116)
ECF - 1645/97	FINEL	(26)	(26)	(27)	(25)	(24)
ECF - 1960/99	IGP-M	(3.602)	(4.399)	(5.196)	(2.805)	(2.008)
ECF - 1907/99	FINEL	(17)	(18)	(18)	(16)	(16)
ECF - 1908/99	FINEL	(110)	(115)	(120)	(105)	(99)
ECF - 2728/08	SELIC	(23)	(23)	(23)	(23)	(23)
FASCEMAR	CDI	(635)	(795)	(954)	(476)	(317)

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
FINEP	TJLP	(32)	(38)	(43)	(26)	(21)
FINAME 01	TJLP	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
FINAME 02	TJLP	(3)	(3)	(3)	(2)	(2)
BNDES I	TJLP	(317)	(357)	(398)	(277)	(237)
IFC	CDI	(2.708)	(3.386)	(4.064)	(2.029)	(1.351)
BNDES II	TJLP	(1.400)	(1.607)	(1.813)	(1.193)	(986)
DEBENTURES 3ª EMISSÃO	CDI	(7.504)	(9.317)	(11.129)	(5.691)	(3.879)
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS						
		Taxaem30/09/2010	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% acum. no trimestre)		2,61	3,27	3,92	1,96	1,31
SELIC (% acum. no trimestre)		2,62	3,27	3,93	1,96	1,31
TJLP (% acum. no trimestre)		1,47	1,83	2,20	1,10	0,73
IGP-M (% acum. no trimestre)		2,09	2,61	3,13	1,57	1,04

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido

Cenários	Resultado do trimestre (Lucro/Prejuízo)	Patrimônio líquido
Cenário Provável	-	-
Cenário II	(3.915)	(3.915)
Cenário III	(7.830)	(7.830)
Cenário IV	3.915	3.915
Cenário V	7.830	7.830

f. Gestão do capital

O Grupo administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez do Grupo.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações do Grupo:

- Dívida Líquida/EBITDA
- Dívida Líquida/(Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo/Dívida Total.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Conselho de Administração

Alessandro Monteiro Morgado Horta

Alexandre Gonçalves Silva

Carlos Augusto Leone Piani

Celso Fernandez Quintil

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Gilberto Salão da Silva

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Conselho Fiscal

Efetivos

Felipe Sousa Bittencourt

Paulo Roberto Franceschi

Sergio Passos Ribeiro

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Diretoria Executiva

Ana Marta Horta Veloso
Diretora

Eduardo Haiama
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Firmino Ferreira Sampaio Neto
Diretor Presidente

Tinn Freire Amado
Diretor

Gerência de Controladoria

Humberto Soares Filho
Gerente da Controladoria

Geovane Ximenes de Lira
Contador